



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

As experiências de integração de imigrantes em Portugal e os Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante

Um estudo de caso na Área Metropolitana de Lisboa

Patrícia Alexandra Simões Pereira

Orientador: Prof. Doutor Albino Pereira Guimarães da Cunha

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Lisboa

2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Albino Cunha, pelo apoio, disponibilidade e orientação prestados ao longo de todo este percurso. A sua dedicação e os seus ensinamentos foram fundamentais para a concretização deste trabalho e para o meu crescimento académico e pessoal.

Agradeço profundamente aos meus pais, por todo o amor e por me proporcionarem a oportunidade de estudar, acreditando sempre em mim e incentivando-me a alcançar os meus objetivos.

Ao meu namorado Pedrocas, pela paciência, compreensão, apoio e constante encorajamento durante os momentos mais desafiantes desta jornada, sendo uma peça essencial para que eu nunca desistisse dos meus sonhos.

Às minhas colegas de mestrado, Alexandra Simeão e Magda Queta, pelo companheirismo, partilha de experiências e amizade, que tornaram esta etapa mais leve e enriquecedora.

Aos meus amigos, de forma geral, pelo incentivo, amizade e pelos momentos de descontração que me ajudaram a manter o equilíbrio ao longo deste processo.

Por fim, agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível. A cada um, deixo a minha mais profunda gratidão.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar os processos e desafios associados à integração socioprofissional dos imigrantes em Portugal, destacando o papel das políticas sociais e dos GIP Imigrante. O trabalho parte da premissa de que a integração é um processo bidirecional que requer o envolvimento tanto dos imigrantes quanto do país de acolhimento, sendo este responsável por criar condições estruturais que favoreçam a inclusão social e económica (Afzali et al., 2023).

Na primeira parte, é apresentado o enquadramento teórico, que contempla a evolução histórica e atual da imigração em Portugal, as suas características contemporâneas e as principais barreiras à integração. Seguidamente, são exploradas as dimensões da integração socioprofissional e os seus impactos no desenvolvimento social e económico, estabelecendo uma ponte com os conceitos fundamentais da política social. Discutem-se ainda os modelos de Estado Social e o papel das instituições públicas e da sociedade civil na mitigação das desigualdades.

Na segunda parte, a investigação centra-se na análise das políticas e programas direcionados para a integração dos imigrantes, com especial destaque para as estratégias sociais e os instrumentos de apoio profissional, como os GIP Imigrante. Através de uma metodologia qualitativa que inclui análise documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas, procura-se compreender a efetividade destas respostas institucionais e identificar as fragilidades existentes.

Os resultados obtidos revelam que, embora existam esforços significativos por parte do Estado e das organizações parceiras, a integração socioprofissional dos imigrantes continua a ser um processo marcado por múltiplos obstáculos. A fragmentação das políticas públicas, a falta de articulação interinstitucional e a ausência de acompanhamento personalizado são fatores que dificultam uma resposta eficaz às necessidades desta população. Sublinha-se a necessidade de estratégias mais integradas e orientadas para a equidade, que reconheçam a imigração como uma oportunidade de enriquecimento social e económico para o país.

Palavras-chave: Imigração, Integração Socioprofissional, Políticas Sociais, GIP Imigrante.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the processes and challenges associated with the socio-professional integration of immigrants in Portugal, highlighting the role of social policies, and the GIP Immigrant. The work is based on the premise that integration is a bidirectional process requiring the involvement of both immigrants and the host country, the latter being responsible for creating structural conditions that foster social and economic inclusion (Afzali et al., 2023).

The first part presents the theoretical framework, which includes the historical and current evolution of immigration in Portugal, its contemporary characteristics, and the main barriers to integration. It then explores the dimensions of socio-professional integration and its impact on social and economic development, establishing a connection with the core concepts of social policy. Welfare state models and the role of public institutions and civil society in mitigating inequality are also discussed.

The second part of the research focuses on the analysis of policies and programs aimed at immigrant integration, with particular emphasis on social strategies and professional support tools, such as the GIP Imigrante. Through a qualitative methodology that includes document analysis, direct observation, and semi-structured interviews, the study seeks to understand the effectiveness of these institutional responses and to identify existing weaknesses.

The findings reveal that, although significant efforts are being made by the State and partner organizations, the socio-professional integration of immigrants remains a process marked by multiple challenges. The fragmentation of public policies, the lack of interinstitutional coordination, and the absence of personalized follow-up are factors that hinder effective responses to the needs of this population. The dissertation highlights the need for more integrated, sustainable, and equity-oriented strategies that recognize immigration as an opportunity for social and economic enrichment for the country.

Keywords: Immigration, Socio-professional Integration, Social Policies, GIP Imigrante.

ÍNDICE

RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	11
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1. Imigração em Portugal: Contexto Histórico e Atual.....	13
1.1. Evolução da Imigração em Portugal	13
1.2. Características da Imigração Contemporânea	14
1.3. Desafios e Barreiras à Integração dos Imigrantes	16
2. Desemprego e Precariedade no Contexto Imigrante.....	17
2.1. Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho	17
2.2. Discriminação, reconhecimento de qualificações e acesso ao emprego	19
2.3. Exclusão Social, Segmentação, Precariedade e Vulnerabilidade Laboral	21
3. Integração Socioprofissional dos Imigrantes	24
3.1. Conceito de Integração	24
3.2. Integração Socioprofissional e Trabalho Digno.....	24
3.3. Impacto da Integração Profissional no Desenvolvimento Social e Económico	27
4. Política Social: Conceitos, Evolução e Instrumentos.....	29
4.1. Conceito de Política Social e os Seus Domínios.....	29
4.2. O Papel do Estado e das Organizações na Resposta às Desigualdades	30
5. Políticas de Integração Socioprofissional dos Imigrantes.....	32
5.1. Políticas Sociais e Estratégias para a Integração dos Imigrantes	32
5.2. Políticas de Imigração e Integração Social	34
5.3. Políticas de Emprego e Formação Profissional.....	36
5.3.1. Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante	38
II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	40
1. Natureza do Estudo	40
2. Universo e Caracterização da Amostra	41
3. Técnicas de Recolha de Dados.....	43

3.1.	Análise Documental	43
3.2.	Observação	45
3.3.	Entrevista Semiestruturada.....	46
4.	Processo de Análise de Dados	47
4.1.	Etapas da Análise	48
4.2.	Modelo de análise.....	50
III.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	50
1.	Experiência de Integração Profissional	51
2.	Serviços dos GIP Imigrante	53
3.	Questões Estruturais e Burocráticas	54
4.	Impactos Psicossociais da Experiência Migratória	54
5.	Autonomia e Dependência nos Processos de Inserção	55
6.	Precariedade Laboral e Exploração	56
7.	O papel das Redes Sociais e Comunitárias.....	56
IV.	DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	56
1.	Resultados em Linha com a Literatura	56
2.	Resultados que Desafiam a Literatura	57
3.	Recomendações para Políticas Públicas e Prática Profissional.....	58
4.	Questões Éticas e Limitações do Estudo.....	59
	CONCLUSÃO.....	63
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
	APÊNDICES	75
	Apêndice 1 – Guião de Observação Participante.....	75
	Apêndice 2 – Notas de Campo: Observação Participante.....	77
	Apêndice 3 – Guião de Entrevista – Técnico/a GIP	78
	Apêndice 4 – Guião de Entrevista – Utente GIP.....	81
	Apêndice 5 – Processo Manual de Codificação dos Dados.....	82

Apêndice 6 – Análise da Entrevista 1 – GIP Odivelas.....	83
Apêndice 7 – Análise da Entrevista 2 – GIP Setúbal.....	86
Apêndice 8 – Análise da Entrevista 3 – GIP Caxias	89
Apêndice 9 – Análise da Entrevista 4 – Utente A.....	92
Apêndice 10 – Análise da Entrevista 5 – Utente B.....	95
Apêndice 11 – Análise da Entrevista 6 – Utente C.....	98
Apêndice 12 – Análise da Entrevista 7 – Utente D.....	101
Apêndice 13 – Análise da Entrevista 8 – Utente E.....	104
Apêndice 14 – Análise Geral das Entrevistas	107
Apêndice 15 – Termo de Consentimento Informado Entrevistas	110

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Universo, População, Amostra e Sujeito	41
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Análise documental e respetivo contributo para a investigação.....	44
Tabela 2 - Entrevistas conduzidas no âmbito desta investigação	46

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PLA - Português Língua de Acolhimento

PMII - Planos Municipais para a Integração de Imigrantes

SMN - Salário Mínimo Nacional

INTRODUÇÃO

A integração é um processo bidirecional que depende tanto dos países de acolhimento quanto dos imigrantes. A integração bem-sucedida dos imigrantes nos países anfitriões é uma questão importante que traz benefícios para ambos (Afzali et al., 2023). Em Portugal, a imigração tem vindo a aumentar nas últimas décadas, influenciada por diversos fatores, como condições económicas, sociais e políticas migratórias. Cada imigrante chega ao país com um percurso único, moldado por motivos pessoais e contextos globais. A integração varia conforme a nacionalidade, a qualificação profissional e o acesso a oportunidades no país de acolhimento (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024).

Apesar de Portugal se ter afirmado como país de receção de imigrantes, este crescimento não foi sempre acompanhado por estruturas sociais e políticas adequadas à diversidade de realidades vividas. Segundo Krisher e Isidoro (2022), persistem tensões sociais, exclusão e preconceitos, como a perceção do imigrante enquanto ameaça ao mercado de trabalho. A isto acrescem barreiras linguísticas, desconhecimento de direitos e medo de deportação, fatores que agravam a exclusão e dificultam a integração.

A integração socioprofissional é particularmente afetada num contexto sociopolítico instável. Vivemos numa época marcada por inseguranças e receios que, muitas vezes, se traduzem em resistência à mudança social. Este ambiente afeta não só os mais jovens como também os mais velhos, dificultando a construção de um futuro baseado na igualdade e inclusão. Para os imigrantes, estas dinâmicas representam desafios acrescidos na entrada no mercado de trabalho, reforçando a necessidade de políticas públicas atentas e eficazes (Silva, 2024).

A formulação e implementação das políticas sociais, neste domínio, revela-se complexa e dinâmica, atravessada por tensões e contradições. Como destacam Keevers et al. (2008), a política social possui fronteiras indefinidas, refletindo a dificuldade em estabelecer delimitações rígidas entre os diferentes setores que a compõem. Lipsky (1980[2010], citado em McCall et al., (2020), sublinha que a prestação de serviços públicos essenciais ocorre através da ação individual de múltiplos profissionais, o que acentua a fragmentação na aplicação das políticas sociais.

Desta forma, a política social surge da articulação entre setores interdependentes, mas muitas vezes desarticulados, o que exige abordagens integradas e colaborativas. A descentralização, embora promissora, levanta desafios significativos na coordenação das

políticas e no alinhamento entre objetivos, metodologias e estruturas organizacionais (Mccall et al., 2020).

Nos últimos anos, assistimos à ascensão do paradigma do investimento social no contexto europeu, que defende uma abordagem preventiva e proativa das políticas sociais, orientada para a promoção da empregabilidade, da educação contínua e da inclusão ativa (Caleiras & Carmo, 2023). Este enquadramento valoriza intervenções que capacitem os indivíduos para a participação plena na sociedade e no mercado de trabalho, colocando a integração socioprofissional como um dos eixos centrais das políticas públicas.

É neste contexto que se insere o presente estudo, que procura analisar o papel dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) direcionados a imigrantes, enquanto instrumentos de mediação entre os cidadãos estrangeiros e o mercado de trabalho. A investigação incide sobre a forma como estas estruturas contribuem para a integração profissional de imigrantes, com base na perceção de técnicos e utentes, refletindo sobre as potencialidades e limitações do modelo de intervenção adotado.

Neste sentido, entendemos pertinente formular a seguinte pergunta de partida: De que forma os imigrantes vivenciam as experiências da sua integração socioprofissional em Portugal e qual o respetivo papel dos GIP Imigrante?

Definimos como objetivos gerais: Analisar, compreender e interpretar as experiências de integração socioprofissional dos imigrantes em Portugal e, consequentemente, avaliar a contribuição dos GIP Imigrante para essas mesmas experiências de integração socioprofissional.

Definimos como objetivos específicos:

- Analisar e interpretar a narrativa dos utentes imigrantes sobre os serviços disponibilizados pelos GIP Imigrante;
- Conhecer e compreender os principais desafios, benefícios e perspetivas enfrentados por estes utentes imigrantes ao recorrerem aos GIP Imigrante durante o seu processo de integração socioprofissional;
- Avaliar a perceção dos técnicos dos GIP Imigrante sobre a eficácia dos serviços prestados e as dificuldades encontradas na implementação das políticas de integração;
- Identificar as melhores práticas e áreas de melhoria nos serviços prestados pelos GIP Imigrante, do ponto de vista dos imigrantes e dos técnicos.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Imigração em Portugal: Contexto Histórico e Atual

1.1. Evolução da Imigração em Portugal

A crescente globalização teve um impacto significativo na imigração em Portugal, contribuindo para a formação de redes migratórias que facilitam a circulação de pessoas, evidenciando tanto o potencial de oportunidades quanto as complexidades de integração (Góis, 2022).

A evolução da imigração em Portugal pode ser entendida a partir de um trajeto histórico que começou a ser moldado nas políticas migratórias desde os anos 1990. Portugal, de um país com um perfil de emigração significativo, transformou-se num ator global no cenário da imigração (Góis, 2022; Martins, 2021).

A adesão à União Europeia e o Tratado de Maastricht também desempenharam um papel crucial, permitindo uma maior fluidez no mercado de trabalho e no direito à residência entre os países membros (Góis, 2022). Lisboa, especificamente, tem uma forte presença de imigrantes oriundos dos PALOP e do Brasil, devido a laços históricos e linguísticos (Esteves & Sampaio, 2013).

De acordo com o Barómetro da Imigração 2024 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024), o número de estrangeiros em Portugal tem crescido significativamente. Em 1960, eram menos de 30 mil, aumentando de forma gradual nas décadas seguintes. O crescimento acelerou-se a partir dos anos 2000, sendo que, em 2017, o país registava 421.785 cidadãos estrangeiros (AIMA, 2025), ultrapassando um milhão de residentes estrangeiros em 2023 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024). Esse aumento reflete mudanças políticas e económicas, tornando Portugal um destino cada vez mais procurado. Este crescimento acentuado reflete-se nos dados preliminares de 2024, com 1.465.446 pessoas contabilizadas apenas no final do primeiro semestre (AIMA, 2025). Este aumento constante evidencia a intensificação dos fluxos migratórios, mas também a crescente atratividade de Portugal como destino migratório dentro da União Europeia.

Em Portugal, a emigração era, tradicionalmente, constituída maioritariamente por trabalhadores com baixa qualificação. Contudo, nas últimas décadas, o país tem assistido à saída crescente de uma geração altamente qualificada, que procura, no

estrangeiro, oportunidades de carreira mais ambiciosas e melhores condições salariais. Paralelamente, o número de imigrantes que chegam a Portugal tem aumentado de forma significativa nos últimos anos, ultrapassando os 100.000 novos imigrantes por ano, um volume sem precedentes na história do país (Simões, 2024).

Estes fluxos migratórios são heterogêneos: uma parte considerável dos imigrantes chega com baixa ou média qualificação, integrando sobretudo setores como a construção civil, restauração, agricultura e serviços domésticos; porém, tem-se verificado também um aumento de imigrantes altamente qualificados, nomeadamente nas áreas da tecnologia, saúde e investigação científica (Observatório das Migrações, 2024). Esta diversidade representa um desafio acrescido para as políticas de integração, que precisam de responder a perfis, necessidades e expectativas muito diferentes.

No entanto, este crescimento populacional traz desafios em termos de integração social e acesso ao mercado de trabalho. Em 2024, registaram-se 44,5 mil cidadãos estrangeiros desempregados em Portugal, um aumento de 24,9% face a 2023. Este número coloca o país na 9.^a posição entre os 22 Estados-membros da União Europeia analisados, no que respeita à taxa de desemprego da população estrangeira entre os 15 e os 74 anos, incluindo homens e mulheres (Pordata, 2025).

1.2. Características da Imigração Contemporânea

Nos últimos 50 anos, o número de imigrantes internacionais aumentou significativamente, chegando a 281 milhões em 2021. A Europa é o principal destino desses imigrantes, recebendo mais de 87 milhões de pessoas, representando cerca de 31% da imigração global. Dada a sua relevância neste cenário, os países europeus influenciam fortemente os fluxos e as dinâmicas migratórias, evidenciando a importância de desenvolver políticas que abordem os desafios deste fenómeno e promovam a integração eficaz dos imigrantes internacionais (Afzali et al., 2023).

As características sociodemográficas da população imigrante em Portugal evidenciam um perfil jovem e em idade ativa, o que contrasta com a tendência de envelhecimento da população nativa. Este facto contribui de forma significativa para o

mercado de trabalho e para a economia, ajudando a atenuar, em certa medida, os desafios demográficos enfrentados pelo país (Góis, 2019).

A imigração contemporânea no país caracteriza-se ainda pela sua inserção em sistemas migratórios interligados, como o sistema migratório europeu e o lusófono. Esta interseção resulta numa diversidade de perfis migratórios, com predominância de imigrantes provenientes de países lusófonos, que refletem os laços culturais e as cumplicidades económicas e políticas adulteradas na era pós-colonial (Góis, 2022).

Segundo os dados do IEFP (2025), disponíveis na “Informação Mensal do Mercado de Emprego”¹, entre as nacionalidades mais representadas destacam-se os cidadãos do Brasil (33,7%), Cabo Verde (5,8%), Índia (5,3%), Itália (5,1%) e Angola (4,4%), refletindo uma diversidade crescente e uma presença significativa de países da lusofonia e da União Europeia. Esta heterogeneidade nacional traduz-se em dinâmicas sociais, culturais e laborais distintas, exigindo respostas diferenciadas por parte das políticas públicas.

Apesar da diversificação das nacionalidades, a inserção laboral permanece maioritariamente concentrada em setores de menor qualificação. Essa realidade reflete uma segmentação estrutural que coloca os imigrantes em posições vulneráveis e com reduzida mobilidade social (Observatório das Migrações, 2023).

Paralelamente, nas últimas décadas, consolidou-se uma ênfase global na atração de imigrantes altamente qualificados, paralelamente ao aumento substancial do número de imigrantes com ensino terciário e à adoção de instrumentos seletivos de política migratória que procuram capitalizar esse capital humano. Esta viragem redefine o perfil da imigração e condiciona a forma como os países integram e utilizam competências no mercado de trabalho (Parsons et al., 2018).

¹Consultar os relatórios mensais disponibilizados pelo IEFP em 2025: <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

1.3. Desafios e Barreiras à Integração dos Imigrantes

Apesar de os imigrantes contribuírem para compensar o declínio demográfico na Europa, aumentar a produtividade e estimular o crescimento económico, a sua presença tem gerado debates e críticas. Os meios de comunicação e os partidos políticos destacam frequentemente as diferenças socioeconómicas, religiosas, culturais e linguísticas entre os imigrantes e as populações locais, levantando questões sobre integração e coesão social nos países de acolhimento (Afzali et al., 2023).

Em Portugal, os desafios à integração dos imigrantes em Portugal incluem barreiras sociais, económicas e legais. A economia informal predominante e uma legislação migratória que, durante muito tempo, não favoreceu a regularização dos imigrantes, contribuem para um ambiente desfavorável à plena integração (Góis, 2022).

Um dos desafios mais marcantes da integração dos imigrantes prende-se com o acesso ao mercado de trabalho e a condições de vida dignas. Em março de 2025, foram registadas 67.278 inscrições de cidadãos estrangeiros nos centros de emprego, dos quais 63.536 se encontravam desempregados. Embora 44,8% destes tenham o ensino secundário completo e 17,2% possuam formação superior, a sua empregabilidade não reflete proporcionalmente as suas qualificações, evidenciando barreiras de reconhecimento de competências, discriminação e precariedade laboral (IEFP, 2025).

A barreira linguística constitui outro dos principais desafios à integração dos imigrantes. De acordo com Esteves e Sampaio (2013), os imigrantes que não dominam a língua do país de acolhimento apresentam menor nível de interação com a população local, maior isolamento e dificuldade no acesso a serviços essenciais. A proficiência no idioma é um fator determinante para a inclusão social e económica, funcionando como um mecanismo de mitigação das desigualdades estruturais enfrentadas pelos migrantes.

A linguagem, além de um meio de comunicação, é um recurso sociocultural essencial para a construção de interações e comportamentos sociais. No contexto laboral, a proficiência no idioma local influencia diretamente a integração dos imigrantes, permitindo-lhes criar e/ou aceder a redes formais e informais de comunicação dentro da organização. Por outro lado, a falta de domínio do idioma pode levar ao isolamento, dificultando o acesso à informação (Kaushik et al., 2016).

As perceções sobre a imigração e o seu impacto no estado de bem-estar social são influenciadas por diversos fatores, incluindo a insegurança económica, atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação aos imigrantes e estimativas pessoais sobre os seus efeitos. Como a verdadeira influência da imigração na economia e nos serviços públicos é complexa e incerta, as opiniões individuais tendem a ser moldadas por crenças subjetivas e podem estar interligadas (Negash, 2022).

As atitudes sociais perante a imigração representam um dos maiores obstáculos à integração plena dos imigrantes. Perceções negativas associadas à imigração tendem a agravar sentimentos de rejeição e exclusão, dificultando a participação dos imigrantes nos diferentes domínios da vida social (Pellegrini, 2019). Estas barreiras sociais não são apenas subjetivas, têm impactos concretos no acesso ao mercado de trabalho, na aceitação comunitária e na estabilidade das trajetórias de vida dos imigrantes.

2. Desemprego e Precariedade no Contexto Imigrante

2.1. Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho

Do ponto de vista socioeconómico, a instabilidade no emprego aparece como um fator de risco mais relevante que o desemprego, sugerindo que ocupações precárias, comuns entre imigrantes, são fontes significativas de stress psicológico. A satisfação com o rendimento também atua como fator protetor, reforçando a ideia de que qualidade, e não apenas existência de emprego, é fundamental para o bem-estar mental dos imigrantes (Teixeira & Dias, 2016).

A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho europeu é marcada por desigualdades persistentes, que se refletem em menores taxas de emprego e maior concentração em setores de baixa qualificação. Esta tendência evidencia a dificuldade em assegurar condições de acesso equitativas e demonstra a segmentação estrutural que caracteriza o mercado laboral para populações imigrantes (Piasna, 2023).

Embora o trabalho em plataformas (Uber, Bolt, Uber Eats, etc.) permita um primeiro passo na integração socioeconómica dos imigrantes, fá-lo à custa de condições degradantes e sem perspetiva de mobilidade ascendente. Isto revela a necessidade de

políticas sociais que acompanhem as novas dinâmicas laborais, sob risco de institucionalizar a precariedade como modelo de inclusão (Festi & Roque, 2025).

A OECD (2023) destaca que os resultados laborais dos imigrantes em 2022 atingiram os níveis mais altos desde o início do milénio, com aumentos significativos nas taxas de emprego, particularmente, entre mulheres imigrantes. Ainda assim, persistem desafios estruturais como a segmentação ocupacional, a sobre-representação em setores de baixa qualificação e a disparidade entre qualificações e empregos ocupados.

Neste contexto, Toshkov (2024) menciona uma “cidadania por camadas”, onde os imigrantes são aceites como trabalhadores, mas excluídos como cidadãos. Assim, a inserção laboral dos imigrantes ocorre frequentemente em moldes precários, não reconhecidos como parte de um processo de integração, mas apenas como meio de sobrevivência e manutenção do estatuto de residência.

Grande parte dos imigrantes enfrenta contratos a termo, trabalho informal e menor acesso a direitos como o subsídio de desemprego ou doença. Esta precariedade revela a urgência de políticas públicas mais eficazes que assegurem a igualdade no acesso à segurança social, independentemente da nacionalidade (Observatório das Migrações, 2023).

Além disso, o Estado, através das suas práticas administrativas, contribui para a produção de ilegalidade entre imigrantes. A demora na análise de pedidos de residência, a exigência de contratos formais de trabalho para renovação documental e a instabilidade jurídica empurram muitos trabalhadores para situações de informalidade e dependência patronal. Esta ilegalidade não é um acidente do sistema, mas uma condição produzida e mantida para garantir uma reserva laboral vulnerável e desprotegida (Toshkov, 2024).

Por fim, a literatura também denuncia formas de discriminação simbólica. Nascimento et al. (2023) mostram como a ênfase excessiva nas soft skills é frequentemente usada como argumento para justificar a não contratação de imigrantes sobrequalificados. Em vez de se valorizar as competências técnicas e académicas adquiridas nos países de origem, o sistema português tende a responsabilizá-los pela sua “inadequação cultural” ou “falta de alinhamento com o perfil comportamental esperado”.

Esta interpretação estratégica das soft skills constitui, assim, um obstáculo à integração plena e traduz-se numa forma de exclusão disfarçada.

2.2. Discriminação, reconhecimento de qualificações e acesso ao emprego

A investigação demonstra que o fator mais determinante nas atitudes públicas continua a ser a origem dos imigrantes: cidadãos europeus são vistos de forma mais favorável do que imigrantes oriundos do Médio Oriente, independentemente das políticas de integração (Alarian & Neureiter, 2019).

As atitudes anti-imigração referem-se a disposições negativas em relação aos imigrantes enquanto grupo. Pellegrini et al. (2021) apontam que tais atitudes podem advir de receios socioeconómicos e culturais, mas estão sobretudo associadas a fatores psicossociais como a desconfiança interpessoal e a perceção de ameaça aos valores da comunidade de acolhimento.

A integração no mercado de trabalho é uma dimensão central da integração social mais ampla, influenciando o acesso a direitos, bens e redes sociais. Contudo, esta integração é frequentemente dificultada por barreiras institucionais, como o não reconhecimento de qualificações estrangeiras, um fator de marginalização dos imigrantes no mercado de trabalho português (OECD, 2023).

Os autores também questionam a utilidade destas políticas na prática. Embora os decisores políticos possam defendê-las como forma de melhorar a perceção pública, os dados sugerem que o efeito real é, na melhor das hipóteses, trivial. A origem percebida dos imigrantes continua a ser a principal variável explicativa das atitudes anti ou pró-imigração, o que implica que outras estratégias políticas poderão ser mais eficazes para contrariar sentimentos xenófobos (Alarian & Neureiter, 2019).

Outro obstáculo prende-se com o facto de os profissionais imigrantes muitas vezes não estarem familiarizados com as regras tácitas do contexto laboral, como a forma adequada de comunicar com colegas e superiores, o estilo de liderança esperado e a importância atribuída ao trabalho em equipa. Esta falta de capital cultural institucionalizado, como intitulam os autores, dificulta o reconhecimento das suas

competências por parte das entidades empregadoras e contribui para uma desvalorização das suas capacidades (Lai et al., 2017).

A ausência de consenso sobre o que conta como “alta qualificação”, ora medida por educação, ora por profissão, ora por rendimento, gera desajustes entre competências e ocupações, dificultando o reconhecimento efetivo das qualificações dos imigrantes e alimentando fenómenos de desperdício de competências que travam a mobilidade ascendente e o acesso a empregos dignos (Parsons et al., 2018).

Apesar de muitos imigrantes possuírem graus académicos ou experiência profissional nos países de origem, o não reconhecimento formal das suas competências perpetua a sua concentração em empregos de baixa qualificação. Este bloqueio institucional limita o impacto positivo da imigração na economia e reforça desigualdades (Observatório das Migrações, 2023; Góis, 2022; Martins, 2021; Lai et al., 2017; Costa, 2015).

O estudo de Nascimento et al. (2023) revela um desfazamento significativo entre as qualificações formais de imigrantes e a sua inserção efetiva no mercado de trabalho português. Através da análise de narrativas digitais de brasileiros e venezuelanos sobrequalificados, os autores demonstram que o reconhecimento de competências académicas e profissionais não se traduz automaticamente em oportunidades de emprego qualificadas. Esta situação de “desajuste ocupacional” é uma expressão clara da segmentação do mercado de trabalho português, onde os imigrantes, mesmo com capital humano elevado, são frequentemente remetidos para funções de baixa qualificação.

A precariedade das trajetórias profissionais dos imigrantes está fortemente associada à dificuldade de reconhecimento das qualificações adquiridas nos países de origem. A esta barreira, soma-se a discriminação, explícita ou implícita, que limita as oportunidades de mobilidade ascendente e o acesso a empregos estáveis e bem remunerados. A desvalorização do capital humano imigrante traduz-se assim numa perpetuação de desigualdades laborais (Piasna, 2023).

Na visão de Negash (2022), os imigrantes surgem como um grupo estruturalmente vulnerável, particularmente afetado por lacunas no acesso a prestações sociais e serviços públicos. A sua condição de outsider no mercado de trabalho,

frequentemente em setores precários, informais e mal remunerados, traduz-se numa menor proteção social e numa posição periférica no sistema. Assim, a política social em Portugal revela uma segmentação que vai além da classe, incorporando também a dimensão étnico-nacional como fator de exclusão.

2.3. Exclusão Social, Segmentação, Precariedade e Vulnerabilidade Laboral

A exclusão social designa um processo multidimensional que abrange carências de recursos, de participação em redes sociais e de qualidade de vida, implicando frequentemente a incapacidade do indivíduo de participar plenamente na sociedade em termos económicos, sociais, culturais ou políticos. Indivíduos em situação de exclusão tendem a enfrentar o isolamento e a frustração, o que abala a confiança interpessoal na sociedade (Pellegrini et al., 2021).

No caso português, os trabalhadores imigrantes enfrentam elevados níveis de precariedade e informalidade laboral. De acordo com Krisher e Isidoro (2022), o trabalho ilegal e não declarado é uma realidade constante, impedindo o acesso a direitos fundamentais como seguro de acidentes, proteção na maternidade ou pensões. Situações como contratos falsos, retenção de documentos e ausência de comunicação à Segurança Social colocam os imigrantes em constante posição de vulnerabilidade extrema. Frequentemente sujeitos a condições sem dignidade, com salários abaixo do mínimo legal, os imigrantes são vítimas de práticas abusivas, nomeadamente em setores como a agricultura e a construção civil (Krisher & Isidoro, 2022). A insegurança jurídica, segundo os autores, tem consequências diretas na saúde física e mental dos trabalhadores, incluindo stress, esgotamento e aumento da probabilidade de acidentes de trabalho.

Os investigadores destacam a emergência de trajetórias laborais intermitentes, marcadas por elevada rotatividade, contratos frágeis ou inexistentes e a atomização dos trabalhadores, que vivem em constante incerteza quanto ao futuro (Roque et al., 2022). Esta situação é particularmente evidente em atividades como Uber, Tuk-Tuks e serviços ligados ao Airbnb, onde a subordinação a algoritmos e a lógica das plataformas intensifica a exploração e a precariedade. Roque et al. (2022) apontam ainda que muitos trabalhadores migrantes acabam por ser canalizados para estas atividades, ficando mais

expostos a condições informais e a abusos laborais. A dificuldade em aceder a proteção social agrava a vulnerabilidade destes grupos, que, muitas vezes, aceitam tarefas precárias como única alternativa de rendimento.

Neste sentido, destaca-se o fenómeno do tráfico de seres humanos com fins de exploração laboral. Este tipo de exploração envolve jornadas excessivas, retenção de salários, ameaças e descontos abusivos em alojamento e alimentação. Os autores alertam ainda para a fragilidade da aplicação da legislação portuguesa uma vez que, apesar de existirem normas legais claras, os mecanismos de fiscalização e denúncia são ineficazes e muitos trabalhadores, por medo ou desinformação, não fazem valer os seus direitos (Krisher & Isidoro, 2022).

A segmentação do mercado de trabalho português é caracterizada por fortes desigualdades salariais, elevada precariedade e persistência de vínculos laborais instáveis, afetando de forma desproporcional os trabalhadores imigrantes. Pereirinha e Pereira (2023) analisam esta realidade com base no conceito de “salário digno” (living wage), diferenciando-o do SMN. Segundo os autores, o SMN, embora relativamente elevado face à mediana salarial, é insuficiente para assegurar padrões mínimos de vida a muitos agregados familiares, sobretudo, em contextos urbanos marcados por elevados custos habitacionais e instabilidade laboral.

A ausência de um salário digno contribui para agravar fenómenos de pobreza no trabalho, exclusão económica e reprodução de desigualdades. No caso dos imigrantes, essa realidade é frequentemente agravada por barreiras como a desvalorização de qualificações, discriminação institucional e fraco acesso a redes de apoio. Assim, o conceito de salário digno reforça a leitura da precariedade não apenas como instabilidade contratual, mas também como uma condição de existência vulnerável, mesmo em contextos de aparente integração no mercado de trabalho formal (Pereirinha & Pereira, 2023).

A presença de imigrantes no mercado de trabalho português tende a concentrar-se em setores informais e de baixa remuneração, o que os expõe a níveis elevados de vulnerabilidade e exploração. Muitos encontram-se em situações de dependência face a empregadores que não formalizam vínculos laborais, recusam contratos e recorrem à

chantagem com base no estatuto documental irregular, o que compromete o acesso a direitos fundamentais (Mulumba & Carvalho, 2023). Mesmo quando exercem atividades produtivas, os imigrantes permanecem fora do sistema de proteção, impedidos de se inscrever na segurança social ou de aceder a mecanismos legais de reclamação laboral, o que agrava a sua exclusão. Este padrão reforça a segmentação estrutural do mercado de trabalho, que reserva aos imigrantes posições de baixa qualificação e reduzida valorização social.

Além disso, modelos de admissão centrados em necessidades imediatas das empresas tendem a fixar os imigrantes em nichos de menor estabilidade e progressão, reforçando segmentação e precariedade. Quando a permanência fica dependente do empregador e de listas de escassez conjunturais, aumenta a vulnerabilidade contratual e a dificuldade em converter capital humano em trajetórias profissionais estáveis (Parsons et al., 2018).

O mercado de trabalho português caracteriza-se, assim, por uma forte segmentação, onde os trabalhadores imigrantes muitas vezes se encontram em empregos temporários ou informais. Esta realidade está associada a um quadro institucional com elevada proteção ao emprego permanente e níveis moderados de ativação dos serviços públicos de emprego (Martins, 2021).

Na opinião de Festi e Roque (2025), a empresa Uber tornou-se porta de entrada no mercado de trabalho português para muitos imigrantes, funcionando como um amortecedor económico mas também como armadilha de precariedade. Os trabalhadores são “auto empresários” no papel, mas na prática estão submetidos a lógicas de exploração digital. Esta situação representa um desafio às políticas públicas de integração, pois evidencia falhas na regulação e na aplicação das normas de proteção laboral a novos modelos de trabalho. A integração dos imigrantes fica assim dependente de mecanismos de mercado que não garantem segurança, estabilidade ou progressão profissional, revelando um descompasso entre políticas migratórias e políticas sociais efetivas.

3. Integração Socioprofissional dos Imigrantes

3.1. Conceito de Integração

De acordo com a literatura, a integração social é entendida como um processo prático que depende da posição social ocupada pelo imigrante e das dinâmicas dos grupos sociais nos quais este se insere. Esses processos são fortemente condicionados por fatores étnicos, culturais, políticos e pela origem nacional. Assim, o percurso de integração é sempre contextual, variando no tempo e no espaço (Gaspar & Iorio, 2023).

No ambiente de trabalho, a integração dos imigrantes depende de múltiplos fatores, entre os quais a proficiência na língua local que se destaca como um dos mais determinantes para o sucesso profissional. A capacidade de comunicar eficazmente permite o acesso a oportunidades de emprego, mas também a construção de redes formais e informais que facilitam a mobilidade e a inclusão (Kaushik et al., 2016).

A definição de políticas públicas orientadas para a integração das comunidades imigrantes e dos seus descendentes exige uma abordagem metodológica que permita medir eficazmente os diferentes domínios dessa integração. Com o tempo, esta preocupação passou a estar na agenda da União Europeia, sobretudo, face à necessidade de harmonizar os instrumentos estatísticos utilizados pelos diferentes Estados-membros. Um marco importante neste processo foi a Declaração de Zaragoza (2010), onde se acordou a utilização de quatro dimensões fundamentais de integração – emprego, educação, inclusão social e cidadania ativa (Gaspar & Iorio, 2023).

3.2. Integração Socioprofissional e Trabalho Digno

Portugal é um país caracterizado por salários médios baixos, um salário mínimo nacional relativamente alto em relação a esses valores, elevada desigualdade salarial e um mercado de trabalho polarizado. No contexto do Pilar Europeu dos Direitos Sociais²

² Consultar: Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017), um quadro de referência para acompanhar o desempenho das políticas sociais e de emprego dos Estados-Membros da UE através de um painel de indicadores sociais e incorpora uma nova abordagem que visa integrar as prioridades sociais em todas as políticas da EU, e mais precisamente o Princípio 6 “Salários”. URL: https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf.

(2017), o Princípio 6 “Salários” estabelece o direito dos trabalhadores a salários justos que garantam um nível de vida digno, incluindo a fixação de salários mínimos adequados de forma transparente e previsível.

Com base nesse princípio, a Comissão Europeia propôs, em outubro de 2020, uma Diretiva sobre salários mínimos adequados na União Europeia, estando diretamente ligada ao conceito de Salário Digno. Embora esta ideia tenha fundamentos éticos e económicos há muito tempo, a sua aplicação como política pública é relativamente recente (Pereirinha & Pereira, 2023).

A integração socioprofissional dos imigrantes está diretamente relacionada com o acesso a trabalho digno, na medida em que implica a obtenção de emprego, mas também condições de trabalho justas (Góis, 2022). As condições laborais de qualidade, incluindo estabilidade contratual, remuneração justa e proteção social, são elementos fundamentais para a inclusão plena. Sem estes fatores, a integração tende a ser parcial e marcada pela marginalização, comprometendo os objetivos de coesão social (Piasna, 2023).

O conceito de trabalho digno é amplo e pode ter diferentes interpretações conforme o contexto social, económico e político de cada país. No entanto, a OIT confere-lhe um carácter universal e uma importância estratégica na construção de sociedades mais justas (Silva, 2024). Segundo a OIT (2007), trabalho digno significa acesso a oportunidades produtivas, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Este conceito ultrapassa a simples inserção laboral, ou seja, implica o respeito pelos direitos laborais, proteção social e diálogo social, dimensões que são frequentemente fragilizadas no contexto migratório.

A integração dos imigrantes é essencial para a coesão social, garantindo-lhes acesso a condições equiparadas às dos nacionais e promovendo um sentimento de pertença. Esse processo depende da ação do Estado, dos grupos sociais e dos próprios indivíduos, sendo influenciado por políticas migratórias e pela relação dos imigrantes com a sociedade de origem e de acolhimento (Costa, 2023).

A integração profissional dos imigrantes é fortemente condicionada pela sua situação legal e pelas condições de trabalho. Krisher e Isidoro (2022) referem que a ausência de vínculo contratual impede o acesso a direitos básicos, colocando os

trabalhadores numa situação de insegurança jurídica, que compromete o seu bem-estar e dificulta a inserção socioprofissional.

A integração dos imigrantes no ambiente de trabalho depende ainda de múltiplos fatores, sendo a proficiência na língua local um dos mais determinantes para o seu sucesso profissional. A dificuldade em comunicar livremente pode limitar as oportunidades de crescimento dentro da organização e levar à marginalização. Muitos imigrantes chegam ao novo país com conhecimento limitado do idioma, o que compromete a sua interação com colegas e a perceção de sua competência profissional, dificultando a sua assimilação no mercado de trabalho (Kaushik et al., 2016).

Segundo Krisher e Isidoro (2022), Portugal não desenvolveu estruturas sociais e políticas adequadas ao crescimento da imigração. Persistem tensões sociais, exclusão e preconceitos, como a perceção do imigrante enquanto ameaça ao mercado de trabalho. As barreiras linguísticas, o desconhecimento dos direitos e o medo da deportação agravam a exclusão e dificultam a integração.

Vivemos numa época em que o medo e a insegurança são muitas vezes utilizados para limitar expectativas e travar mudanças sociais. Este ambiente afeta não só os jovens, mas também os mais velhos, dificultando a construção de um futuro com igualdade e esperança. Para os imigrantes em Portugal, esse clima pode significar maiores barreiras à integração no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades (Silva, 2024.).

A integração no mercado de trabalho não garante, por si só, uma integração socioprofissional plena e digna. Para muitos imigrantes, o trabalho é marcado por instabilidade, ausência de direitos e insegurança constante. A falta de documentação legal impede o acesso a contratos formais, o que bloqueia a obtenção de residência e o registo na segurança social, criando um ciclo fechado que impede qualquer avanço real na integração. A vulnerabilidade legal está, portanto, intrinsecamente ligada à vulnerabilidade laboral, afetando o bem-estar físico, emocional e material das pessoas. Mesmo aqueles que trabalham há vários anos permanecem à margem do sistema, numa lógica de exclusão que contradiz os princípios do trabalho digno (Mulumba & Carvalho, 2023).

A estratégia adotada por cada imigrante ou família dependerá dos recursos individuais e comunitários que possam ser mobilizados. Para alguns, identificar nichos de mercado pode ser a solução para evitar o regresso ao país de origem. Esses nichos, muitas vezes, caracterizam-se por empregos precários, de curta duração ou a tempo parcial, ajustando-se às competências e particularidades de determinados grupos (Esteves et al., 2017).

A integração socioprofissional exige que os sistemas de seleção e de medição de skills sejam coerentes com o reconhecimento no pós-chegada. Quando políticas valorizam dimensões múltiplas do capital humano (educação, experiência, ocupação, rendimento) e reduzem custos de integração (idioma, experiência local, portabilidade de qualificações), criam-se condições para trabalho digno e utilização eficiente das competências (Parsons et al., 2018).

Neste sentido, a proposta de Pereirinha e Pereira (2023) sobre a implementação de um salário digno em Portugal representa um contributo essencial para repensar a integração à luz de critérios de justiça social. Os autores argumentam que o living wage é uma condição necessária para uma inclusão sustentável, ao permitir que os rendimentos do trabalho cubram as necessidades básicas das famílias e promovam efetiva participação social.

Os programas de integração, formação contínua e oportunidades de experiência profissional são cruciais. Estes mecanismos facilitam o desenvolvimento das chamadas soft skills, como a comunicação eficaz, a resolução de conflitos e a adaptação a normas sociais implícitas, fundamentais para o sucesso profissional (Lai et al., 2017).

3.3. Impacto da Integração Profissional no Desenvolvimento Social e Económico

A imigração tem sido historicamente enquadrada no âmbito das necessidades do mercado de trabalho, sendo os imigrantes frequentemente retratados como grupos vulneráveis. Esta perspetiva reducionista contribuiu para uma visão limitada da diversidade dos percursos migratórios e das suas implicações sociais (Carreiras, 2024).

Apesar da crescente atenção dada à variedade de mobilidades humanas nas últimas décadas, a investigação ainda carece de análises mais aprofundadas sobre as desigualdades que atravessam os diferentes perfis imigrantes, bem como os seus efeitos em múltiplas dimensões da vida em sociedade.

A diversidade cultural e as desigualdades económicas estão no centro dos debates sobre a integração dos imigrantes. Enquanto alguns cidadãos dos países de acolhimento se mostram céticos quanto aos benefícios da imigração, os próprios imigrantes enfrentam desafios para se adaptar à nova sociedade. Portanto, a integração torna-se fundamental uma vez que, quanto mais os imigrantes se integram, maiores são os benefícios para os países de destino (Afzali et al., 2023).

No caso português, estas questões tornam-se particularmente relevantes quando se considera a posição periférica que o país ocupa no contexto europeu. Com frequência associado aos países do sul da Europa, Portugal é descrito como um exemplo paradigmático da periferia europeia, refletindo um certo distanciamento em relação aos modelos de desenvolvimento socioeconómico dominantes. Esta condição reforça a necessidade de uma abordagem mais atenta às especificidades nacionais e às desigualdades que se exprimem nos processos migratórios e nas dinâmicas urbanas associadas (Carreiras, 2024).

O mercado de trabalho português é eminentemente polarizado, o que impacta a pobreza laboral e a desigualdade de rendimentos, enquanto influencia os efeitos de políticas de aumento do salário mínimo. A polarização do emprego ocorre quando há um crescimento da procura por postos altamente qualificados e pouco qualificados, enquanto as funções intermédias se tornam menos exploradas. Esta tendência está presente em Portugal e está relacionada com o avanço tecnológico, que substitui o trabalho humano de forma diferenciada (Pereirinha & Pereira, 2023).

A participação ativa dos imigrantes no mercado de trabalho contribui para o crescimento económico e a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. Além disso, a valorização da diversidade no ambiente profissional fortalece a inovação e a competitividade do país (Martins, 2021).

O Barómetro da Imigração 2024 destaca que a integração socioprofissional pode impactar positivamente o desenvolvimento social e económico, enfatizando a importância do reconhecimento e valorização das competências dos imigrantes (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024).

A imigração surge também como uma oportunidade para enfrentar desafios estruturais de Portugal, como o envelhecimento demográfico e as reduzidas taxas de natalidade, que há anos resultam em crescimento natural negativo. Além disso, o desenvolvimento social e económico não ocorre de forma uniforme em todo o território e alguns setores, como a agricultura e o turismo, enfrentam escassez de mão de obra. Com a taxa de natalidade em declínio e a contínua saída de jovens para o exterior, o crescimento populacional português depende cada vez mais da entrada de novos imigrantes (Simões, 2024).

A integração profissional dos imigrantes não se configura apenas como uma questão de justiça social, mas também como um elemento crucial para o desenvolvimento económico e social de um país (Costa, 2023; Góis, 2019; Cook, 2018). Enquanto diversos países da Europa têm testemunhado o surgimento de partidos políticos com uma agenda anti-imigração nos últimos anos, além da implementação de legislações mais restritivas em matéria de imigração e de políticas de integração mais exclusivas, Portugal distingue-se como uma das poucas exceções a essa tendência. O país tem adotado políticas de integração amplamente reconhecidas, leis de nacionalidade acessíveis e uma abordagem humanitária na regulação da entrada, permanência e saída de estrangeiros (Costa, 2023; Cook, 2018).

4. Política Social: Conceitos, Evolução e Instrumentos

4.1. Conceito de Política Social e os Seus Domínios

A política social tem como finalidade central a promoção e garantia do bem-estar social, embora não exista uma definição unânime desse conceito nas sociedades contemporâneas. De acordo com Pereirinha (2008), as perceções sobre o bem-estar social e a intervenção necessária variam em função de posicionamentos ideológicos, interesses económicos e sociais, sendo, por isso, um campo fortemente normativo. Esta dimensão normativa exige a clarificação de conceitos fundamentais como bem-estar social,

necessidade social e problema social, cuja compreensão é essencial para a formulação e avaliação das políticas públicas.

No âmbito da política social, o conceito de bem-estar ultrapassa a definição económica tradicional de utilidade associada ao consumo individual. Em vez disso, assume uma perspetiva cidadã, em que o bem-estar é aferido não pela satisfação pessoal, mas pela realização de direitos sociais. Esta abordagem permite que um avaliador social, como, por exemplo, um decisor político, compare o bem-estar entre diferentes indivíduos, com base em critérios normativos previamente estabelecidos (Pereirinha, 2008). Este tipo de avaliação torna possível ordenar estados sociais e estabelecer prioridades de intervenção pública, através da construção de funções de bem-estar social.

As políticas sociais representam um espaço privilegiado de intervenção do Estado no combate às desigualdades sociais e na promoção do bem-estar. Segundo Theodoropoulou et al (2025), o Estado é visto como um agente central na estruturação de respostas institucionais que visam satisfazer necessidades sociais e corrigir falhas do mercado. Esta atuação é necessária porque os mercados, por si sós, não garantem uma distribuição equitativa dos recursos, nem asseguram o acesso universal a bens fundamentais como saúde, educação ou habitação.

A política social é descrita como expressão concreta da responsabilidade coletiva perante situações de vulnerabilidade social. O Estado assume, neste quadro, funções de provisão direta de serviços, como de redistribuição de rendimentos, procurando reduzir os efeitos das desigualdades económicas. Esta responsabilidade tem por base a ideia de que os direitos sociais fazem parte da cidadania plena e devem ser garantidos a todos os cidadãos, independentemente da sua posição no mercado. A garantia destes direitos exige, portanto, uma organização política e administrativa capaz de os concretizar (Theodoropoulou et al., 2025).

4.2. O Papel do Estado e das Organizações na Resposta às Desigualdades

Na opinião de Theodoropoulou et al. (2025), o papel do Estado nas políticas sociais não se limita à execução técnica de programas. Trata-se de um processo político,

influenciado por conflitos de interesses, escolhas ideológicas e disputas sobre prioridades orçamentais. A política social é, assim, um campo de disputa social e política, no qual se definem quais necessidades são reconhecidas como sociais e quais soluções são implementadas. Neste sentido, o Estado não é neutro, mas atua em função de um equilíbrio de forças sociais e políticas que moldam o conteúdo e o alcance das políticas públicas.

Embora o discurso político em Portugal tenda a enfatizar a integração e o acesso equitativo à proteção social, Negash (2022) demonstra que, na prática, existem múltiplas barreiras institucionais que limitam o acesso efetivo dos imigrantes aos direitos sociais. Esta distância entre o discurso normativo e a realidade operacional perpetua a ideia de que o acesso aos benefícios sociais é teoricamente garantido a todos, mas mediado por critérios como o tempo de residência e o estado legal e histórico contributivo. Este modelo favorece uma cidadania social diferenciada, dizimando a coesão e comprometendo o princípio fundamental de igualdade no acesso ao bem-estar.

Apesar de existirem normas legais que asseguram o acesso universal à proteção social, na prática, os imigrantes enfrentam múltiplos obstáculos institucionais. Entre estes, destacam-se a lentidão burocrática, a rigidez dos critérios documentais e, por vezes, práticas discriminatórias no atendimento público. Em resposta a essas lacunas, várias organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental no acolhimento, informação e apoio aos imigrantes, oferecendo desde ajuda alimentar até orientação jurídica. No entanto, estas entidades também enfrentam dificuldades estruturais, como escassez de recursos, instabilidade no financiamento e fragilidade institucional. A ausência de uma resposta pública coordenada reforça a fragmentação da política social e evidencia a importância de uma abordagem colaborativa entre Estado e setor solidário (Mulumba & Carvalho, 2023).

A integração dos imigrantes depende de uma ação coordenada entre Estado e organizações da sociedade civil. O primeiro garante o enquadramento legal e institucional, enquanto o segundo assegura a proximidade e a intervenção direta junto das comunidades, colmatando falhas do sistema e criando respostas adaptadas às necessidades específicas dos imigrantes (Carvalho & Oliveira, 2023). A OECD (2023) reforça este ponto ao destacar o papel dos governos subnacionais e da sociedade civil na

implementação de políticas de integração, defendendo uma governação multinível e interativa.

Caleiras e Carmo (2023) apresentam uma leitura do regime de bem-estar português como sendo dotado de elasticidade significativa, revelando uma capacidade de adaptação notável num curto espaço de tempo. O Estado social português demonstrou respostas distintas às duas grandes crises da última década³, alternando entre retração, mitigação e expansão. Esta capacidade de oscilação e realinhamento, ainda que por vezes reativa, evidencia que, mesmo com fragilidades estruturais e limitações financeiras, o regime de bem-estar é um espaço dinâmico de negociação política e reconfiguração institucional, e não um campo estático e resistente à mudança.

No plano mais recente, o papel dos Estados Sociais nas políticas eco-sociais está maioritariamente centrado em funções de benchmarking⁴ e de capacitação enabling, enquanto funções mais ligadas à proteção social direta ou à construção de consensos são muito menos evidentes. Este desequilíbrio revela que, apesar de a transição justa ser um objetivo declarado a nível europeu, a sua operacionalização continua distante de assegurar a justiça distributiva e processual que deveria caracterizá-la (Theodoropoulou et al., 2025).

5. Políticas de Integração Socioprofissional dos Imigrantes

5.1. Políticas Sociais e Estratégias para a Integração dos Imigrantes

As políticas sociais em Portugal foram-se consolidando como resposta estrutural às desigualdades, assumindo um papel central na redistribuição de recursos e na promoção da inclusão. No campo da imigração, essas políticas ultrapassam a dimensão assistencialista, incorporando uma perspetiva de direitos que reconhece os imigrantes como sujeitos de cidadania social (Carvalho & Oliveira, 2023).

³ As duas grandes crises analisadas pelos autores são a crise económico-financeira e da dívida soberana (2008–2014) e a crise provocada pela pandemia da COVID-19 (2020–2021).

⁴ *Benchmarking* envolve a comparação sistemática e a avaliação de políticas sociais com o objetivo de identificar melhores práticas e oportunidades de melhoria. É uma ferramenta para aprender com os sucessos e erros de outros, adaptando e implementando essas lições para melhorar o desempenho e a eficácia das políticas locais.

A criação e implementação de políticas públicas não seguem um percurso linear, sendo moldadas pela estrutura das organizações, pelos recursos disponíveis e pelos profissionais que atuam diretamente com os cidadãos. Estes trabalhadores desempenham um papel essencial na aplicação das políticas pois têm autonomia para interpretar e adaptar regulamentos e diretrizes no contacto direto com o público. A forma como exercem essa autonomia tem um impacto significativo na forma como as políticas se concretizam na prática (Mccall et al., 2020).

As políticas de integração socioprofissional têm vindo a ser desenvolvidas de forma articulada com orientações europeias, incorporando medidas de combate à discriminação, promoção da igualdade de oportunidades e estímulo à inclusão ativa. Estas medidas procuram responder às barreiras estruturais que dificultam a participação plena dos imigrantes na sociedade de acolhimento (Carvalho & Oliveira, 2023).

Os planos nacionais de integração estruturam-se como instrumentos de coordenação de políticas públicas, contemplando áreas como educação, saúde, habitação e emprego. A abordagem adotada privilegia a integração como um processo multidimensional, em que a inserção económica é acompanhada do acesso a direitos sociais e culturais fundamentais (Carvalho & Oliveira, 2023).

O desemprego, a precariedade no trabalho e a fraca proteção social enfraquecem a economia local e afetam negativamente as comunidades. No entanto, as autarquias, que estão mais próximas da população e conhecem melhor os seus problemas, são muitas vezes ignoradas na criação das políticas públicas nacionais, mesmo podendo ter um papel importante na solução dessas dificuldades (Afonso, 2024., in Caleiras & Carmo, 2024).

A forma como o Estado português tem enquadrado politicamente a figura do imigrante revela um padrão de tutela e não de cidadania plena. O imigrante é recorrentemente tratado como um “sujeito a gerir” e não como um “sujeito de direitos”. Esta visão reflete-se em políticas públicas que, embora discursivamente comprometidas com a inclusão, reproduzem práticas administrativas supressivas. Tal configuração institucional fragiliza a integração social e tem impacto direto na integração profissional, criando obstáculos à regularização documental, ao reconhecimento de qualificações e ao acesso a direitos laborais (Toshkov, 2024).

Constantino & Minas (2022) reforçam que a criação de redes sociais, oportunidades de participação cívica e suporte emocional são cruciais para o desenvolvimento pessoal e social dos imigrantes uma vez que a participação ativa nas decisões dos programas promove sentimentos de pertença e bem-estar.

Neste sentido, destacam-se as práticas informais e estratégias de resistência desenvolvidas pelos próprios imigrantes no contexto português. Através de redes comunitárias, economia informal e mutualismo, os imigrantes constroem trajetórias de integração paralelas às políticas estatais, muitas vezes, à margem da legalidade. Esta leitura aproxima-se da perspetiva da “autonomia das migrações”, que sublinha o papel ativo dos imigrantes na reorganização dos espaços sociais e laborais. Tais práticas desafiam o monopólio estatal sobre a integração e revelam a limitação das políticas públicas em captar a complexidade das experiências migrantes (Toshkov, 2024).

5.2. Políticas de Imigração e Integração Social

Em 2007, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/20075 aprovou o I Plano para a Integração dos Imigrantes, com o objetivo de fortalecer a coesão social e garantir melhores condições de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal. Três anos depois, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/20106 veio reforçar essa estratégia ao aprovar o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). Este novo plano deu continuidade às iniciativas anteriores, introduzindo novas ações para melhorar o acesso dos imigrantes aos serviços públicos, fomentar a aprendizagem da língua portuguesa e incentivar a sua participação ativa na sociedade.

As políticas migratórias portuguesas evoluíram de um modelo reativo para uma estratégia estruturada de integração, amplamente reconhecida como boa prática no contexto europeu. Contudo, a sua eficácia depende de uma articulação equilibrada entre regulação da entrada de imigrantes e implementação de medidas que favoreçam a sua integração social (Carvalho & Oliveira, 2023).

⁵ Consultar: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/63-a-2007-415237>.

⁶ Consultar: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/74-2010-341856>.

Uma política interculturalista deve ir além do simples reconhecimento da diversidade, focando-se na interação real entre grupos. A frequência e qualidade das relações entre diferentes culturas são essenciais para avaliar a eficácia dessas políticas. Em Portugal, isso significa que a integração dos imigrantes deve promover convivência e participação ativa na sociedade e no mercado de trabalho, garantindo uma inclusão efetiva (Costa, 2015).

As políticas de imigração em Portugal têm também evoluído em resposta às dinâmicas migratórias contemporâneas. As legislações sucessivas sobre os direitos dos imigrantes e a sua regularização têm estabelecido os fundamentos para uma integração social mais efetiva. A criação de estruturas e serviços que apoiam os imigrantes, como centros de acolhimento e informação, procura reduzir as barreiras à sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho (Góis, 2022). Neste quadro, o objetivo central das políticas de integração é promover a coesão social e a solidariedade, facilitando tanto a inclusão dos imigrantes na sociedade quanto a sua adaptação ao novo país (Afzali et al., 2023).

Apesar deste enquadramento legal favorável, Constantino & Minas (2022) criticam a má implementação prática dos programas, evidenciando a falta de coordenação entre entidades, a ausência de transparência e conflitos de interesse em algumas organizações. A ausência de responsabilização prejudica a eficácia das políticas. Nascimento et al. (2023) evidenciam falhas estruturais nas políticas públicas portuguesas de integração socioprofissional. O atual modelo, baseado na formalização documental e na oferta genérica de formação e emprego, revela-se insuficiente para responder à realidade de imigrantes altamente qualificados. A ausência de medidas eficazes de reconhecimento de competências, a fraca articulação entre políticas de imigração e de emprego, e a desvalorização das experiências profissionais prévias são fatores que perpetuam a exclusão. Uma política de integração eficaz deve reconhecer a diversidade dos perfis migrantes e propor respostas diferenciadas, assentes na justiça social e no trabalho digno.

A nível nacional, Portugal tem desenvolvido e implementado de vários planos estratégicos e operacionais. Destacam-se os Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes (2007-2009 e 2010-2013), o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)

e, mais recentemente, a transposição do Plano de Ação para a Integração 2021-2027. Estes instrumentos respondem à crescente complexidade da realidade migratória, refletindo as mudanças económicas, políticas e sociais globais (Gaspar & Iorio, 2023).

No entanto, é a escala local que assume um papel crucial na concretização prática das medidas de integração. Como argumenta Pires (2016), é nos contextos locais – onde os imigrantes vivem, trabalham e acedem aos serviços – que se manifestam os desafios mais imediatos e tangíveis da integração. Assim, as autarquias locais, em articulação com a sociedade civil e associações de imigrantes, assumem um papel vital na implementação eficaz das políticas desenhadas a nível central.

Neste enquadramento, destaca-se a iniciativa do ACM, que em 2014 desafiou vários municípios a desenvolverem os seus próprios PMII. Estes planos locais operacionalizam várias dimensões previstas no Plano Estratégico Nacional, incluindo áreas como acolhimento, habitação, mercado de trabalho, educação, cultura, saúde, cidadania e combate à discriminação (Pires, 2016).

Na opinião de Toshkov (2024), persiste um paradoxo entre a utilidade económica dos imigrantes e a restrição do seu acesso a direitos. Os regimes de regularização por trabalho são um exemplo claro desta lógica ambivalente uma vez que exigem uma prova de inserção no mercado formal, mas o próprio sistema institucional cria obstáculos à formalização, como contratos instáveis e burocracias morosas.

5.3. Políticas de Emprego e Formação Profissional

Em comparação com outros contextos europeus, Portugal pode ser considerado um quase Estado de bem-estar, caracterizado por uma forte dependência da sociedade para suprir necessidades sociais. Historicamente, o país nunca ofereceu uma proteção abrangente contra os riscos sociais tradicionais e enfrenta desafios na adaptação aos novos riscos sociais (NSR). Após a Revolução de 25 de Abril, ocorreram transformações nas políticas de emprego e na proteção social, embora nem sempre de forma eficaz. Essas mudanças são fundamentais para compreender o papel do sistema de bem-estar em períodos de crise e a capacidade das políticas públicas de se ajustarem a novas realidades (Caleiras & Carmo, 2024).

As políticas de emprego e formação profissional assumem um papel central na integração socioprofissional dos imigrantes. Na opinião de Góis (2022), estas políticas devem focar-se na validação de competências e na formação adaptativa, permitindo que os imigrantes se adequem às exigências do mercado. Programas e iniciativas que promovem a capacitação profissional têm um papel importante na redução das lacunas de habilidades e no aumento da empregabilidade dos imigrantes. Além disso, a promoção do emprego tem sido acompanhada por medidas específicas de formação profissional concebidas para reduzir desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e mitigar fenómenos de segmentação laboral, assumindo uma função estratégica na valorização das competências e na mobilidade social (Carvalho & Oliveira, 2023).

A resposta institucional ao desemprego da população imigrante tem passado, em grande medida, pela formação profissional e pelas medidas ativas de emprego. Em março de 2025, 7.463 cidadãos estrangeiros participaram em ações de formação profissional, sendo que as áreas mais procuradas incluíram trabalho administrativo, apoio a crianças e jovens, cuidados de beleza e cozinha (IEFP, 2025). Estes dados revelam uma procura ativa de qualificação e (re)orientação profissional, que, no entanto, pode estar ainda desajustada das reais oportunidades do mercado, carecendo de melhor articulação entre oferta formativa e necessidades do tecido económico nacional. Neste contexto, programas como o “Português para Todos” têm sido fundamentais para a aprendizagem da língua e para o aumento da empregabilidade dos imigrantes (Esteves & Sampaio, 2013).

Uma das iniciativas mais recentes neste campo é o Programa INTEGRAR⁷, promovido pelo IEFP, direcionado para cidadãos imigrantes provenientes de países terceiros. Lançado em 2024, este programa visa apoiar pessoas em situação de desemprego, em transição profissional ou em fase de procura pelo primeiro emprego, através de uma intervenção personalizada centrada no diagnóstico de competências, formação profissional e orientação para o emprego (IEFP, 2024). Entre as ações disponibilizadas estão sessões informativas sobre cidadania e direitos laborais, cursos de PLA e formação técnica ajustada ao mercado de trabalho nacional.

⁷ Consultar a política de emprego: <https://www.iefp.pt/programa-integrar>.

A operacionalização do programa assenta numa lógica de cooperação multissetorial, envolvendo entidades públicas, associações de desenvolvimento local, sindicatos, autarquias e organizações representativas das comunidades imigrantes (OE2025, 2025). Esta abordagem integrada visa reforçar a capacidade de acolhimento e inserção laboral dos imigrantes, contribuindo para uma política de imigração baseada em princípios humanistas e de coesão social. Até março de 2025, o programa já tinha apoiado cerca de 50 mil imigrantes, demonstrando o seu impacto na promoção da inclusão e da empregabilidade desta população (Idealista, 2025).

Apesar destes avanços, o futuro das políticas de emprego em Portugal enfrenta novos desafios. A automação e as transformações tecnológicas podem agravar o desemprego, aumentar desigualdades e intensificar a exclusão social, sobretudo entre grupos vulneráveis. Para enfrentar este cenário, torna-se essencial desenvolver políticas que distribuam melhor o tempo de trabalho, assegurem salários justos e promovam empregos social e ambientalmente úteis. A integração dos imigrantes deve ser parte deste esforço, garantindo-lhes acesso a trabalho digno e reconhecimento do seu contributo para a sociedade (Silva, 2024).

5.3.1. Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante

A crise económica e financeira de 2010 marcou profundamente a sociedade portuguesa. Perante a necessidade de apoio externo, Portugal recorreu à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, formando a chamada “Troika.” Como contrapartida, o Governo comprometeu-se a implementar um plano de austeridade com a duração de três anos, definido no Memorando de Entendimento sobre Condicionalidade da Política Económica (Carvalho & Ribeiro, 2022).

As medidas de austeridade tiveram um impacto social severo. A suspensão do aumento do salário mínimo nacional, por exemplo, agravou os níveis de pobreza: entre 2009 e 2014, a proporção da população em situação de pobreza aumentou de 17,9% para 24,2%. Paralelamente, a disparidade de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres acentuou-se, aprofundando as desigualdades sociais (Carvalho & Ribeiro, 2022).

Foi neste contexto de dificuldades económicas e sociais, agravadas para os imigrantes em situação de vulnerabilidade, que Portugal procurou desenvolver medidas políticas de integração socioprofissional. Um marco relevante foi a criação do regime jurídico dos GIP em 2009, através da Portaria n.º 127/20098, publicada no Diário da República. Estes gabinetes surgiram como instrumentos centrais da política de emprego, com o objetivo de apoiar a (re)inserção de pessoas desempregadas no mercado de trabalho.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) é a entidade responsável pela gestão da rede de GIP, que apoia tanto jovens como adultos desempregados na sua (re)inserção profissional, em parceria com os serviços de emprego. Estes gabinetes oferecem apoio e acompanhamento na procura ativa de emprego, incentivam o empreendedorismo, identificam e divulgam ofertas de trabalho e promovem a possibilidade de colocação dos utentes em ofertas de emprego.

Em 2015, a legislação foi revista⁹ e os GIP passaram a integrar melhorias para melhor responderem às exigências do mercado de trabalho. Entre as diversas mudanças, foi criado o GIP Imigrante, que fornece apoio especializado à população imigrante. Esta iniciativa resultou de uma parceria entre o ACM e o IEFP, contando atualmente com vinte e três unidades distribuídas pelo território nacional. Os GIP Imigrantes proporcionam um acompanhamento específico, considerando os desafios particulares que os imigrantes enfrentam na procura de emprego e na adaptação ao mercado de trabalho.

A integração no mercado de trabalho desempenha um papel essencial no bem-estar psicológico dos imigrantes. O acesso a empregos de qualidade e a um ambiente de trabalho seguro é fundamental para reduzir o sofrimento psicológico. Para além de garantir meios de subsistência, a estabilidade profissional contribui para a inclusão social e para o fortalecimento do sentimento de pertença ao país de acolhimento (Teixeira, 2016).

⁸ Consultar: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/127-2009-601741>.

⁹ Consultar: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/140-2015-67250220>.

Contudo, importa sublinhar que a integração socioprofissional dos imigrantes implica mais do que ter um emprego. Exige condições de trabalho dignas, com proteção, estabilidade e um rendimento que permita uma vida com qualidade e participação plena na sociedade. Este enfoque é particularmente relevante no contexto dos GIP Imigrante, cujo objetivo é facilitar o acesso ao mercado de trabalho. No entanto, se esse acesso se der em condições de remuneração insuficiente, segmentação setorial e fraca mobilidade social, a política de integração acaba por reproduzir ciclos de pobreza e exclusão. Assim, o trabalho digno deve ser não apenas um ideal normativo, mas um critério de avaliação das políticas públicas de inserção socioprofissional (Pereira & Pereirinha, 2023).

II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1. Natureza do Estudo

A escolha da metodologia de um estudo foi delineada em função dos objetivos da investigação, optando-se por uma abordagem qualitativa, adequada para explorar e compreender de que forma os indivíduos interpretam e experienciam um determinado fenómeno social (Oranga & Matere, 2023).

Diferente da abordagem quantitativa, que privilegia dados numéricos e estatísticos, a abordagem qualitativa foca-se na análise de dados descritivos e narrativos, reconhecendo a complexidade das interações sociais e dos significados atribuídos pelos participantes ao fenómeno em estudo. Além disso, permite identificar fatores menos tangíveis, como *status* socioeconómico, questões de etnia, religião, entre outros, cujo impacto pode não ser imediatamente evidente (Oranga & Matere, 2023; Aires, 2015; Creswell, 2014).

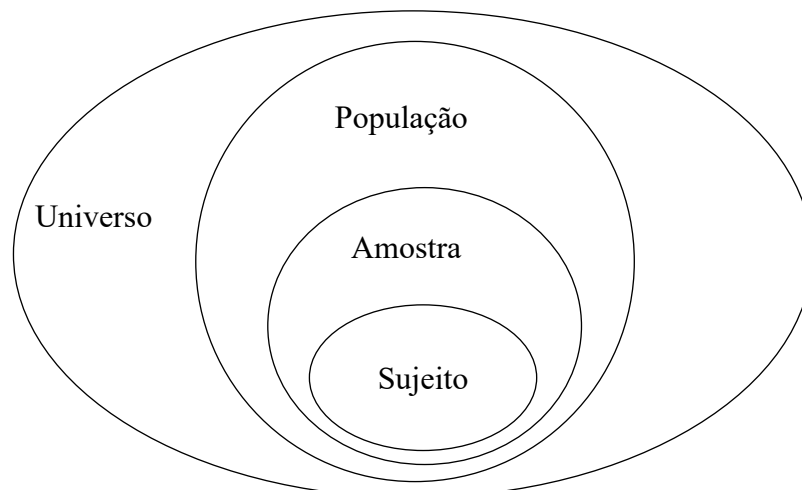
Enquanto estratégia metodológica, recorreu-se ao estudo de caso, por possibilitar a análise aprofundada de um fenómeno no seu contexto real (Yin, 2018). Assim, este estudo visa analisar as experiências e perceções dos utentes e técnicos dos GIP Imigrante, explorando os desafios enfrentados, os benefícios identificados e a eficácia dos serviços prestados. A escolha desta estratégia justifica-se pelo facto de os GIP representarem um ambiente específico onde se manifesta a problemática em análise, permitindo uma compreensão detalhada das interações, práticas e políticas em vigor.

Embora a abordagem qualitativa ofereça uma compreensão aprofundada dos fenómenos sociais, apresenta algumas limitações. Creswell (2014) destaca que a subjetividade inerente a este tipo de investigação pode introduzir viés na interpretação dos dados, tornando os resultados menos generalizáveis. Da mesma forma, Yin (2018) alerta que o estudo de caso, embora valioso para explorar contextos específicos, pode ser criticado por falta de rigor e pela complexidade na análise dos dados. No entanto, estas limitações podem ser mitigadas através da triangulação de fontes, transparência nos procedimentos e uma descrição detalhada do contexto estudado.

2. Universo e Caracterização da Amostra

No processo de investigação, a recolha de dados pode ser efetuada junto de toda a população ou pode ser selecionada uma amostra que frequentemente se apresenta como a opção mais viável, devido a questões de tempo e recursos (Haro et al., 2016). A Figura 1 ilustra a relação entre o universo, a população, a amostra e o sujeito, representando a forma como uma amostra é extraída de uma população, que por sua vez faz parte de um universo mais amplo.

Figura 1 - Universo, População, Amostra e Sujeito



Fonte: Haro et al. (2016), p. 133.

O presente estudo centra-se na Rede GIP Imigrante da AML, que representa o universo da investigação. Dentro deste universo, delimitou-se a população de interesse, composta por técnicos dos GIP e pelos utentes que recorrem aos seus serviços. A partir dessa população, definiu-se uma amostra, selecionada com base na relevância dos

participantes para os objetivos do estudo (Coutinho, 2011). A amostra final integrou oito participantes: três técnicos e cinco utentes, garantindo diversidade de perspetivas institucionais e pessoais.

Tendo em conta a natureza qualitativa do estudo e os seus objetivos, optou-se por uma amostragem não probabilística, utilizada frequentemente em investigações qualitativas, pois permite a seleção intencional de participantes com base na sua relevância para o objeto de estudo, em vez de recorrer a um sorteio aleatório (Creswell, 2014). A escolha deste método justifica-se pelo facto de o estudo não procurar generalizar os resultados para toda a população, mas sim obter uma compreensão aprofundada das experiências e perceções dos participantes (Haro et al., 2016). Além disso, as limitações de acesso aos participantes e a especificidade do fenómeno investigado tornam a amostragem não probabilística, a abordagem mais adequada para garantir a obtenção de dados ricos e significativos.

No âmbito desta investigação, foi seguida uma abordagem de amostragem não probabilística, estruturada em várias etapas, com o intuito de garantir a pertinência e a diversidade dos participantes. Inicialmente, recorreu-se à amostragem por conveniência, privilegiando a acessibilidade dos indivíduos disponíveis para participar, sendo este um critério frequentemente adotado em estudos qualitativos (Moser & Korstjens, 2018). Esta primeira seleção permitiu o contacto com técnicos dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), cuja experiência institucional se revelou essencial para a compreensão dos mecanismos de funcionamento dos serviços e dos principais obstáculos na integração dos utentes.

Numa fase subsequente, foi aplicada a amostragem intencional, de modo a incluir participantes com perfis alinhados com os objetivos do estudo. Esta etapa teve como finalidade garantir a presença de técnicos de diferentes GIP, promovendo a diversidade de olhares institucionais, assim como de utentes com trajetórias diferenciadas, tendo em conta fatores como o tempo de residência no país, os tipos de apoio procurado e o grau de interação com os serviços. Os critérios de inclusão para os utentes incluíram: 1. ter recorrido aos serviços dos GIP nos últimos 12 meses, 2. estar em idade ativa e 3. demonstrar disponibilidade para participar. Para os técnicos, foi exigida uma experiência mínima de seis meses de atividade num GIP.

À medida que o estudo se desenvolvia, incorporou-se ainda a técnica de amostragem em bola de neve, sobretudo para alcançar novos utentes, a partir de recomendações de participantes já envolvidos. Este procedimento mostrou-se eficaz para alargar o universo de entrevistados, integrando testemunhos adicionais que contribuíram para uma visão mais ampla da realidade em análise (Naderifar et al., 2017).

A articulação entre estes diferentes métodos de seleção permitiu não só uma recolha de dados viável e coerente com os recursos disponíveis, mas também uma representatividade qualitativa significativa, essencial para aprofundar a compreensão do funcionamento da Rede GIP Imigrante, bem como das dinâmicas e desafios enfrentados pelos seus intervenientes.

3. Técnicas de Recolha de Dados

Para a presente investigação, foram selecionadas três técnicas principais de recolha de dados: a análise documental, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas, todas de natureza qualitativa. A sua escolha justifica-se pela sua adequação à recolha de dados em contextos naturais e dinâmicos.

3.1. Análise Documental

A análise de documentos permite integrar informação já disponível para contextualizar e enriquecer os dados recolhidos em entrevistas e observação participante. Tal como as outras técnicas, exige um processo sistemático de seleção, codificação e interpretação dos conteúdos, mas traz a vantagem de oferecer registos estáveis e isentos de reatividade da investigadora. Ao combinar documentos com entrevistas e observações, ganha-se em rigor e profundidade: a triangulação de fontes ajuda a confirmar padrões e a preencher lacunas de informação (Morgan, 2022).

Neste sentido, foram selecionados e analisados documentos institucionais, legais e estatísticos, cujo principal contributo está explanado na tabela seguinte:

Tabela 1 - Análise documental e respetivo contributo para a investigação

Fonte	Conteúdo Principal	Contributo para a Investigação
Portaria n.º 127/2009 (Diário da República)	Criação e definição do regime jurídico dos GIPs, estabelecendo objetivos, regras de funcionamento e entidades promotoras.	Fundamenta juridicamente a existência dos GIP, sendo essencial para compreender o seu enquadramento institucional.
Portaria n.º 140/2015 (Diário da República)	Atualização das normas de funcionamento dos GIPs, reforçando parcerias e delineando responsabilidades entre IEFP e entidades promotoras.	Esclarece as mudanças e aperfeiçoamentos no modelo dos GIP, útil para analisar a evolução do serviço ao longo do tempo.
IEFP (2024). Programa INTEGRAR	Objetivos, medidas e públicos-alvo do Programa INTEGRAR, com foco em imigrantes.	Fornece enquadramento de políticas públicas ativas dirigidas à integração socioprofissional de imigrantes.
OE2025 (2025). Imigração Regulada e Humanista	Estratégias nacionais para acolhimento e integração de imigrantes.	Contextualiza politicamente o foco na integração e apoio ao emprego de imigrantes.
Idealista/news (2025). Programa INTEGRAR	Quase 50 mil imigrantes apoiados pelo programa.	Complementa com dados mediáticos e atualizados, reforçando a perceção pública da eficácia das políticas.
IEFP (2025). Informação Mensal do Mercado de Emprego – março	Indicadores sobre desemprego e mercado de trabalho por grupo populacional.	Apoia a caracterização quantitativa do contexto laboral dos utentes dos GIP.
AIMA (2025). Relatório intercalar	Dados sobre regularização de processos migratórios e perfis da população estrangeira.	Reforça a leitura das dificuldades burocráticas na integração socioprofissional.
PORDATA (2025). População desempregada	Dados por sexo, idade e nacionalidade.	Permite traçar perfis sociodemográficos e reforça a relevância da atuação dos GIP.

Fonte: Elaboração própria

Selecionámos, assim, documentos institucionais e estatísticos que enquadram o fenómeno da integração socioprofissional em Portugal: legislação relevante (leis e portarias que criaram e regulam os GIP), relatórios do IEFP que permitem realizar uma análise mais realista e aproximada do contexto de investigação, dados demográficos, por exemplo, da plataforma PORDATA, bem como barómetros de perceção social da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Cada fonte foi submetida a uma leitura crítica

inicial, identificando-se secções-chave para os objetivos da investigação (por ex., indicadores de emprego, descrições de serviços, evoluções legislativas). Seguiu-se a codificação temática dessas secções, organizando-as em categorias. A interpretação cruzou, posteriormente, estes resultados com os dados empíricos das entrevistas e da observação, reforçando a triangulação metodológica e a robustez das conclusões (Flick, U., 2005a, 2005b; Fielding, N. & M. Schreier, 2001).

3.2. Observação

A observação, nas suas vertentes participante e científica, consiste em recolher dados através do contacto direto com o fenómeno estudado, sem o manipular. Na observação participante, a investigadora integra-se no quotidiano dos sujeitos, adotando um papel ativo na interação social para captar experiências e significados em contexto real (Oranga & Matere, 2023). Já a observação científica distingue-se por um planeamento sistemático, com a definição prévia de fases, locais, aspetos e participantes, e pela articulação com quadros teóricos, de modo a garantir validade, fiabilidade e precisão nos registos (Aires, 2015).

Com o objetivo de orientar a recolha de dados de forma consistente, foi elaborado um guião de observação, que contemplou os aspetos centrais a observar, como interações, fluxos de atendimento e procedimentos institucionais. Este guião encontra-se disponível no Apêndice 1.

Este método vai além da simples descrição uma vez que possibilita captar o sentido e a dinâmica dos acontecimentos que ocorrem no local. Tratam-se de interações intensas e sistematizadas entre a investigadora e os participantes, desde o primeiro contacto até à saída da investigadora, com ênfase na negociação de acesso e o reconhecimento do espaço observado. Na observação participante, a investigadora é o principal instrumento de recolha de dados e a sua capacidade de escuta ativa e de interpretação de manifestações tácitas, verbais e não verbais, torna-se crucial (Correia, 2009).

Neste caso, a observação participante decorreu em três dias distintos no GIP Imigrante de Caxias. Nas duas primeiras visitas, a investigadora adotou um papel de observadora passiva: permaneceu no espaço de atendimento, registando notas de campo, que se encontram no Apêndice 2, sobre o fluxo de utentes, as práticas de comunicação e os procedimentos institucionais. Na terceira visita, a investigadora integrou-se nas atividades diárias do gabinete (nomeadamente participando em reuniões de coordenação e apoiando pequenas tarefas administrativas), o que permitiu experienciar, de dentro, as dinâmicas de funcionamento. Essa variação no grau de envolvimento possibilitou comparar a perceção externa com a compreensão interna dos processos, aprofundando a análise das interações entre técnicos e utentes em contexto real.

3.3. Entrevista Semiestruturada

Ao contrário de um simples diálogo espontâneo, a entrevista é um encontro planeado em que o entrevistador e o entrevistado constroem, juntos, o significado das respostas. Ambos os intervenientes se influenciam mutuamente, consciente ou inconscientemente, e essa interação, ainda que artificialmente criada para o propósito do estudo, é precisamente o que permite recolher dados ricos e detalhados sobre as experiências e crenças dos participantes (Aires, 2015).

Para orientar a recolha de dados, foram elaborados dois guiões de entrevista semiestruturada, especificamente adaptados aos dois grupos participantes: um dirigido a técnicos/as do GIP Imigrante (Apêndice 3) e outro a utentes destes serviços (Apêndice 4). Ambos os guiões foram estruturados com questões abertas, organizadas por temas, permitindo explorar as experiências e perspetivas dos participantes de forma flexível.

Foram realizadas, no total, oito entrevistas semiestruturadas, das quais três dirigidas a técnicos dos GIP Imigrante e cinco a utentes destes serviços. De seguida, apresenta-se uma tabela-resumo com a caracterização das entrevistas efetuadas.

Tabela 2 - Entrevistas conduzidas no âmbito desta investigação

Entrevista	Entrevistado	Data	Local	Duração
1	Técnico/a GIP Imigrante	05/12/2024	Online (Plataforma Microsoft Teams)	1h10

2	Técnico/a GIP Imigrante	06/12/2024	Online (Plataforma Microsoft Teams)	30 min
3	Utente	16/12/2024	Chamada telefónica	40 min
4	Utente	30/12/2024	Online (Plataforma Microsoft Teams)	1h
5	Utente	15/01/2025	Chamada telefónica	30 min
6	Utente	12/02/2025	Online (Plataforma Microsoft Teams)	55 min
7	Utente	01/04/2025	Online (Plataforma Microsoft Teams)	45 min
8	Técnico/a GIP Imigrante	15/04/2025	Online (Plataforma Microsoft Teams)	45 min

Fonte: Elaboração própria

4. Processo de Análise de Dados

A análise dos dados recolhidos seguiu uma abordagem qualitativa, com base na análise temática, permitindo identificar padrões, categorias e significados emergentes a partir dos testemunhos, observações e documentos analisados. Esta técnica é especialmente adequada para estudos exploratórios, pois permite compreender em profundidade as experiências, perceções e interpretações dos participantes (Braun & Clarke, 2006).

A análise de conteúdo permite agrupar e organizar dados de forma sistemática, identificando padrões e significados comuns. Como método de investigação, a análise de conteúdo possibilita a extração de conclusões consistentes e replicáveis, contribuindo para a construção de conhecimento, para a obtenção de novas perspetivas e para a formulação de diretrizes práticas baseadas nos dados analisados (Elo & Kyngäs, 2007).

A análise dos dados nesta investigação foi realizada com base numa abordagem qualitativa, recorrendo à análise temática como principal método. Este processo combinou uma lógica indutiva, permitindo que as categorias emergissem dos dados, com uma lógica dedutiva, orientada pelos objetivos do estudo e pelo enquadramento teórico adotado. O objetivo principal foi extrair significados relevantes das experiências relatadas nas entrevistas, dos registos da observação participante e da informação recolhida através

da análise documental, produzindo uma interpretação aprofundada do fenómeno estudado.

4.1. Etapas da Análise

Numa primeira fase, os dados foram organizados e preparados em pastas respetivas, para uma melhor visualização e posterior análise. As entrevistas semiestruturadas foram transcritas integralmente, respeitando a linguagem dos participantes, incluindo expressões espontâneas e pausas que ajudassem a compreender melhor os sentidos atribuídos às suas experiências. As notas de campo da observação participante foram organizadas por data e contexto, complementadas com descrições do ambiente, dos comportamentos observados e das interações entre utentes e técnicos. Simultaneamente, os documentos recolhidos foram lidos de forma crítica, destacando-se as partes mais relevantes para os objetivos da investigação, como dados estatísticos, normativos e orientações políticas (Flick, U., 2005a, 2005b).

Seguiu-se uma fase de leitura exploratória, também designada como leitura flutuante, em que a investigadora se envolveu de forma intensiva com todo o material empírico, sem ainda aplicar qualquer sistema de codificação (Bardin, 2013). Esta imersão teve como finalidade criar uma visão global sobre os dados, reconhecer padrões iniciais e tornar mais sensível a leitura posterior às nuances do discurso dos participantes, das interações observadas e das mensagens implícitas nos documentos analisados (Bardin, 2013).

Na terceira etapa, iniciou-se o processo de codificação inicial, de forma aberta. Os dados foram segmentados em unidades de significado, frases, expressões ou excertos, às quais foram atribuídos códigos descritivos. Estes códigos foram criados a partir dos próprios dados e com base no modelo de análise, servindo para nomear ideias centrais presentes nos relatos. Foram utilizados quadros para organizar esta codificação, indicando a fonte de cada trecho e facilitando a posterior comparação entre diferentes participantes e momentos da investigação (ver Apêndice 14). Este procedimento visou tornar visíveis regularidades e diferenças no discurso e no comportamento dos sujeitos envolvidos.

Com base nos códigos iniciais, os dados foram então organizados em categorias temáticas. Esta organização foi feita de forma interativa, revendo constantemente os

agrupamentos e redefinindo categorias quando necessário. Algumas categorias agregaram vários códigos semelhantes, enquanto outras deram origem a subcategorias, permitindo captar melhor a diversidade das experiências relatadas. As categorias foram também cruzadas com o referencial teórico e com os objetivos do estudo, assegurando a sua relevância analítica. Entre as categorias principais, destacaram-se, por exemplo, os desafios enfrentados pelos utentes na integração socioprofissional, o papel dos GIP enquanto mediadores institucionais e as perceções subjetivas de pertença, exclusão e acolhimento.

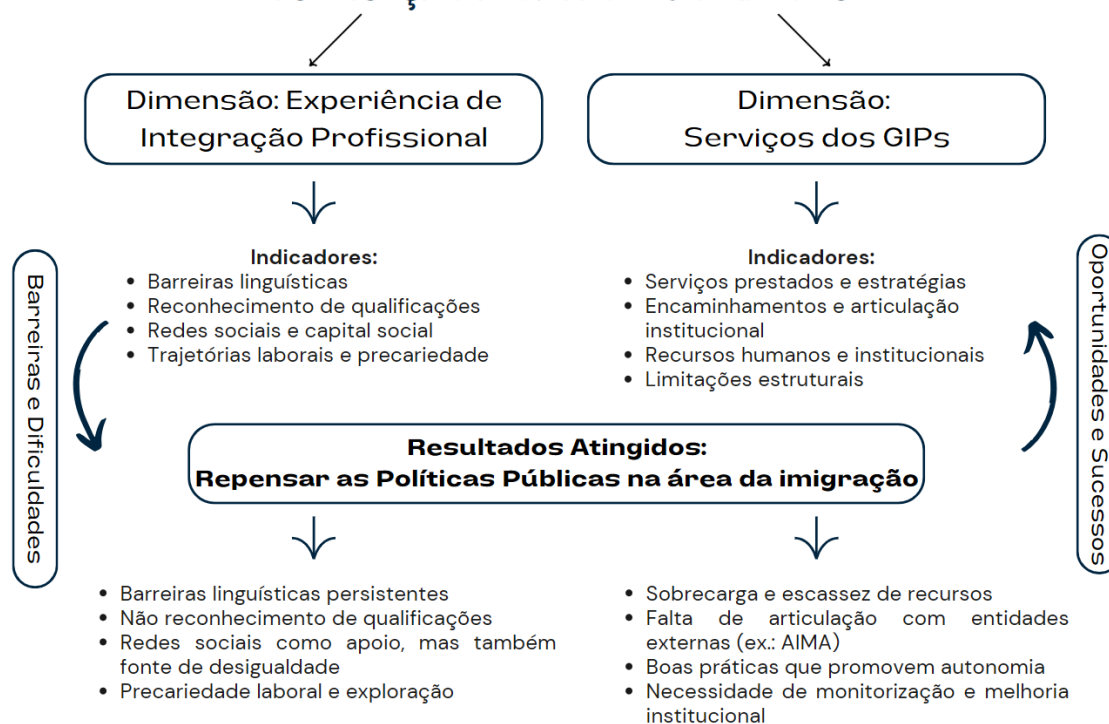
Posteriormente, procedeu-se à triangulação dos dados, cruzando as informações obtidas por diferentes técnicas de recolha, entrevistas, observação participante e análise documental, de forma a aumentar a credibilidade e a consistência da análise (Denzin, 2009). Esta triangulação permitiu confirmar padrões identificados, preencher lacunas informativas e confrontar versões distintas da realidade, proporcionando uma leitura mais rica e robusta. Por exemplo, algumas dificuldades relatadas pelos utentes foram comparadas com os procedimentos observados nos GIP e com as normas descritas nos documentos institucionais, permitindo verificar até que ponto se tratava de situações pontuais ou sistémicas.

A última etapa do processo de análise consistiu na interpretação crítica e na integração teórica dos resultados (Creswell, 2014). Nesta fase, procurou-se compreender os significados mais profundos atribuídos pelos participantes às suas experiências, analisando-os à luz dos conceitos trabalhados na revisão de literatura, tais como exclusão social, políticas públicas de integração e mediação institucional. A análise não se limitou à descrição dos dados, mas procurou identificar as dinâmicas sociais e institucionais que moldam o acesso ao emprego, a relação com os serviços públicos e os processos de inclusão dos imigrantes. Este trabalho interpretativo foi fundamental para extrair conclusões que, embora não generalizáveis, permitiram uma compreensão aprofundada do fenómeno em estudo, no contexto específico dos GIP Imigrante da Área Metropolitana de Lisboa.

4.2. Modelo de análise

O esquema apresentado de seguida representa o modelo de análise do presente projeto de pesquisa. Segundo Elo e Kyngäs (2008), o modelo descreve as dimensões e indicadores relevantes na condução dos referenciais teóricos, dos procedimentos metodológicos e das dimensões dos resultados pretendidos.

AS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL E OS GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL IMIGRANTE



Fonte: Elaboração própria.

III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise das entrevistas realizadas permitiu compreender, de forma aprofundada, as experiências de integração socioprofissional de imigrantes em Portugal e o papel desempenhado pelos GIP Imigrante. Foram realizadas oito entrevistas, três dirigidas a técnicos destes serviços (Entrevistados 1, 2 e 3) e cinco a utentes imigrantes (Entrevistados 4 a 8). A apresentação dos resultados segue as duas dimensões centrais do modelo de análise: 1ª - a experiência de integração profissional; 2ª - os serviços dos GIP Imigrante. Contudo, a leitura das narrativas revelou ainda um conjunto de sub-dimensões

emergentes que complementam e enriquecem a análise, como os impactos psicossociais, a precariedade laboral ou a burocracia institucional.

1. Experiência de Integração Profissional

As experiências de integração descritas pelos utentes revelam-se complexas e heterogéneas, mas marcadas por elementos estruturantes comuns. A língua surge como a barreira mais transversal e, frequentemente, a primeira a ser identificada. A Entrevistada 4 reconhece que “*o português, sobretudo, nas entrevistas de emprego, foi onde senti mais dificuldade*”, uma perceção partilhada pelo Entrevistado 5, que recorda ter sido rejeitado porque “*vi logo que não ia dar*” devido à forma como falava. Esta dificuldade é igualmente confirmada pelos técnicos. O Entrevistado 1 sublinha que, no caso dos imigrantes, “*não faz sentido passarmos de imediato para a inserção profissional*” se não dominarem a língua, já que as empresas não aceitam candidatos sem essa competência. A falta de fluência limita o acesso às oportunidades e condiciona a autonomia, como reconhece o Entrevistado 7: “*tento aprender português, mas é muito difícil... sinto frustração quando não entendo tudo*”. A observação participante confirmou estas barreiras. Num atendimento registado, o técnico recorreu a gestos e a uma aplicação de tradução automática no telemóvel para explicar a um utente como preencher um formulário. O tempo da interação duplicou face ao previsto e a impaciência do próprio utente tornou-se visível. Este episódio mostra a materialidade da barreira linguística e reforça a pertinência do que foi expresso pelos entrevistados.

Outro obstáculo reiterado por utentes e técnicos é o reconhecimento de qualificações académicas e profissionais. A Entrevistada 6, formada em engenharia civil, descreve a frustração de não ver a sua formação reconhecida: “*os meus diplomas não têm valor aqui*”, sendo canalizada para funções de limpeza ou armazém. O Entrevistado 3 confirma esta dificuldade, considerando o processo “*longo, burocrático e pouco transparente*”, o que resulta numa mobilidade descendente e num sentimento de desvalorização. Este aspeto é também visível na experiência da Entrevistada 8, que refere: “*parece que quando passamos a fronteira, tudo o que fizemos não conta*”.

A situação documental e os atrasos nos processos administrativos surgem como entraves centrais. O Entrevistado 2 afirma categoricamente que “*quem não deixa avançar*

é a AIMA”, pelo impacto que o atraso na emissão de autorizações de residência tem na vida dos utentes. Este bloqueio reflete-se nos relatos do Entrevistado 5, que resume a sua experiência numa frase: *“esperar anos por um papel é desumano”*. Durante a observação, registaram-se momentos em que utentes saíam da sala visivelmente frustrados após saberem que a sua situação continuava dependente de respostas externas. Numa das sessões, uma utente saiu a chorar após ser informada que teria de esperar mais de seis meses por uma decisão da AIMA.

A realidade laboral descrita é igualmente marcada pela precariedade e pela informalidade. O Entrevistado 2 considera que *“o mercado é precário, até para um português”*, salientando o papel das empresas de trabalho temporário, que contratam e descartam consoante as necessidades. O Entrevistado 1 refere que muitos imigrantes aceitam vínculos de curta duração sem perceber as consequências: *“trabalhar um mês ou dois não compensa perder o subsídio”*. Do lado dos utentes, as experiências confirmam esta instabilidade. O Entrevistado 5 trabalha em turnos noturnos extenuantes numa pastelaria, descrevendo-se como *“meio fora do mundo”* devido ao isolamento. Já o Entrevistado 7, enquanto estafeta, relatou condições de exploração: *“trabalhávamos muitas horas, sem seguro, sem descanso... sentia que não tínhamos valor”*.

A integração profissional é também influenciada por fatores psicossociais. A Entrevistada 6, ao relatar a experiência da guerra, sublinhou que *“um apoio psicológico teria ajudado muito”*, reconhecendo que a ansiedade e o trauma dificultam a adaptação. O Entrevistado 7, por sua vez, partilhou o peso do isolamento: *“falo sempre com receio de ser julgado, nunca posso ser eu na totalidade”*. Para a Entrevistada 8, a integração social demorou tempo, já que *“os portugueses são um pouco reservados”*, mas reconhece progressos com o passar dos anos.

Apesar das dificuldades, as entrevistas revelam elementos de resiliência e de apoio comunitário. A Entrevistada 4 destacou o papel da comunidade cabo-verdiana, que lhe deu orientações iniciais, enquanto o Entrevistado 5 recorda a ajuda de vizinhos e colegas de trabalho. A Entrevistada 8 reforça a importância do capital social: *“os contactos fazem muita diferença”*, reconhecendo que muitas oportunidades surgem através de redes pessoais.

Em suma, a experiência de integração profissional mostra-se atravessada por barreiras linguísticas, documentais e contratuais, mas também por desigualdades no reconhecimento de qualificações e pela vulnerabilidade psicossocial. Contudo, os utentes identificam no GIP um espaço de apoio e de dignidade, como sintetizou o Entrevistado 5: “*nós imigrantes só precisamos que alguém nos fale com dignidade*”.

2. Serviços dos GIP Imigrante

A segunda dimensão diz respeito ao papel desempenhado pelos GIP Imigrante. Os técnicos são claros ao afirmar que a função destes gabinetes vai muito além da empregabilidade. O Entrevistado 2 admite que, apesar de o objetivo formal ser o emprego, “*ajudamos com a AIMA, agendamentos e título de residência*”. Esta perceção é partilhada pelo Entrevistado 1, que sublinha a diferença face ao IEFP: “*é um atendimento mais específico, individual, personalizado*”.

Entre os serviços destacados, encontram-se a elaboração do *Curriculum Vitae* (CV), o apoio em candidaturas *online*, a preparação para entrevistas e o encaminhamento para formação. A Entrevistada 4 reconhece que “*no GIP, ajudaram-me bastante com o meu curriculum e deram-me dicas para entrevistas*”, enquanto a Entrevistada 8 descreve o impacto destas orientações como um “*apoio muito útil*” na organização da procura. O Entrevistado 5 acrescenta que, no GIP Imigrante, recebeu explicações claras sobre documentos e procedimentos: “*falaram comigo com respeito, explicaram tudo devagar*”.

A observação confirmou estas práticas. Registou-se, por exemplo, um atendimento em que o técnico reformulou completamente um CV, adaptando a linguagem às exigências do mercado português. Noutra, orientou uma utente a simular uma entrevista, corrigindo a postura e as suas respostas. Estas práticas ilustram a dimensão pedagógica dos serviços, para além do carácter burocrático.

Apesar do reconhecimento, todos os técnicos referem limitações estruturais. O Entrevistado 3 lamenta que “*encaminhamos, mas não sabemos se a pessoa foi, nem como correu*”, denunciando a ausência de mecanismos de monitorização. O Entrevistado 1 destaca a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo, enquanto o Entrevistado 3 insiste na necessidade de “*mais recursos humanos e formação contínua*”.

Outro aspeto relevante é a gestão das expectativas. Alguns utentes esperam soluções imediatas, como ilustra o Entrevistado 1 ao relatar que, por vezes, durante as entrevistas de emprego, os candidatos chegam a ligar para o GIP. Esta dependência contrasta com a intenção dos técnicos de promover autonomia.

Ainda assim, emergem práticas inovadoras. O Entrevistado 3 descreve o uso de mediadores interculturais e de canais digitais simples, como o *WhatsApp*, para facilitar a comunicação. Também o Entrevistado 1 destacou o papel de voluntários em cursos de português como resposta criativa à falta de vagas no sistema formal.

3. Questões Estruturais e Burocráticas

Os testemunhos dos entrevistados e as observações de campo convergem na identificação da burocracia como um dos entraves mais pesados à integração. O Entrevistado 2 foi claro: “*quem não deixa avançar é a AIMA*”, salientando que, sem autorização de residência, os restantes serviços ficam bloqueados. O Entrevistado 5 reforça: “*esperar anos por um papel é desumano*”, descrevendo a ansiedade da espera e o sentimento de impotência. O Entrevistado 3 acrescenta que o processo de reconhecimento de diplomas é “*longo, burocrático e pouco transparente*”.

Durante a observação, verificou-se que este bloqueio administrativo atravessa várias situações. Num atendimento, uma técnica explicou a um utente que, sem título de residência válido, não poderia prosseguir com a inscrição na Segurança Social nem aceder a ofertas de emprego formal. A expressão de frustração do utente, que abanava a cabeça em silêncio e suspirava repetidamente, revelou a carga emocional da burocracia. Noutro momento, uma técnica precisou de interromper o atendimento para telefonar à AIMA, aguardando mais de 20 minutos sem resposta. Estes episódios confirmam empiricamente a morosidade e o bloqueio estrutural denunciados pelos entrevistados.

4. Impactos Psicossociais da Experiência Migratória

A dimensão psicossocial é transversal aos testemunhos. A Entrevistada 6, deslocada pela guerra, relatou episódios de ansiedade e insónias, afirmando que: “*um*

apoio psicológico teria ajudado muito". O Entrevistado 7 descreveu a sensação de constante autocensura: *"falo sempre com receio de ser julgado, nunca posso ser eu na totalidade"*. A Entrevistada 8 destacou a dificuldade em criar laços sociais, sublinhando que *"os portugueses são um pouco reservados"*.

As notas de campo reforçam esta leitura. Durante a observação, alguns utentes aguardavam em silêncio, evitando interações com outros presentes, mantendo expressões tensas e mãos cruzadas sobre documentos. Num certo momento, uma utente brasileira confidenciou em voz baixa: *"se não fosse o GIP, eu não falava com ninguém"*. A ansiedade era visível também nos técnicos, que lidavam com múltiplas solicitações simultâneas. Um deles suspirou ao comentar: *"são tantas histórias difíceis todos os dias... às vezes pesa"*. Estas observações demonstram que a integração não é apenas um desafio económico ou legal, mas também emocional, exigindo suporte especializado.

5. Autonomia e Dependência nos Processos de Inserção

A promoção da autonomia surge como um dilema constante. O Entrevistado 1 refere: *"a autonomia tem de ser trabalhada"*, relatando utentes que telefonam para o GIP durante as entrevistas. O Entrevistado 3 confirma que, apesar dos esforços, muitos utentes regressam sucessivamente sem avançar em tarefas básicas. Do lado dos utentes, a Entrevistada 4 admite ter sentido dificuldade em usar a internet: *"sem internet e sem saber como preencher, não conseguia"*.

Na observação, este padrão tornou-se evidente. Em mais do que um atendimento, os utentes pediram aos técnicos que enviassem e-mails por eles ou submetessem candidaturas diretamente. Num dos casos, um utente recusou tentar preencher um formulário *online* sozinho, dizendo: *"faça a senhora, senão eu estrago tudo"*. Apesar disso, registaram-se esforços pedagógicos: numa sessão, a técnica guiou um utente passo a passo para criar um e-mail, incentivando-o a repetir em casa. O processo demorou quase meia hora, mas o utente saiu a sorrir, agradecendo: *"agora já sei fazer"*. Estes episódios confirmam a tensão entre dependência e capacitação, com os GIP a oscilarem entre resolver problemas imediatos e investir na autonomia.

6. Precariedade Laboral e Exploração

A inserção laboral descrita é frequentemente marcada pela exploração. O Entrevistado 2 resume: “*o sistema de empresas de trabalho temporário criou exploração, mão de obra barata*”. O Entrevistado 1 alerta que muitos aceitam vínculos curtos sem perceber as consequências. Quando olhamos para os utentes, o Entrevistado 5 relata a exaustão dos turnos noturnos: “*meio fora do mundo*”. O Entrevistado 7 narra a exploração como estafeta: “*trabalhávamos muitas horas, sem seguro, sem descanso*”.

Na observação participante, a precariedade emergiu em conversas informais. Um utente partilhou espontaneamente que trabalhava doze horas por dia num restaurante, sem contrato, acrescentando: “*é isso ou nada*”. Outro confidenciou que preferia não denunciar abusos porque temia perder o emprego e “*ficar sem pagar a renda*”. Estes relatos confirmam que o acesso ao emprego, embora possível, não assegura integração plena, antes expõe os imigrantes a vulnerabilidades acrescidas.

7. O papel das Redes Sociais e Comunitárias

As redes sociais funcionam como recurso essencial na integração. A Entrevistada 4 chegou ao GIP “*através de um amigo*”. O Entrevistado 5 referiu a ajuda de vizinhos e colegas. A Entrevistada 8 sintetizou: “*os contactos fazem muita diferença*”. Os técnicos confirmam esta importância, destacando que muitas oportunidades circulam pelo passa-palavra.

IV. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. Resultados em Linha com a Literatura

Os resultados confirmam, em primeiro lugar, a centralidade da língua como pré-condição de acesso ao emprego qualificado. A literatura sobre integração realça a proficiência linguística como fator determinante de inclusão social e profissional, com efeitos diretos na autonomia, na interação com equipas e no reconhecimento de competências (Kaushik et al., 2016; Esteves & Sampaio, 2013;). Os discursos dos entrevistados e os registos observacionais convergem com esta leitura, evidenciando

dificuldades concretas no atendimento e em processos de recrutamento, bem como a necessidade de adaptações comunicacionais por parte dos técnicos.

Em segundo lugar, o estudo corrobora a persistência do não reconhecimento e da subutilização das qualificações académicas e profissionais de imigrantes. A literatura tem descrito este fenómeno como desperdício de competências e desajuste ocupacional, frequentemente associado a barreiras burocráticas e a uma definição fluida do que conta como “alta qualificação” (Parsons et al., 2018; Lai et al., 2017). Os dados empíricos mostram trajetórias de mobilidade descendente e sentimento de desvalorização, confirmando que credenciais e experiência prévias não se traduzem automaticamente em oportunidades equivalentes no destino.

Em terceiro lugar, as evidências apontam para uma inserção laboral marcada por segmentação e precariedade. A literatura recente destaca a sobre-representação de imigrantes em setores de baixa qualificação, a proliferação de vínculos atípicos e o alargamento da “cidadania por camadas”, em que os imigrantes são aceites como trabalhadores mas parcialmente excluídos como cidadãos (Toshkov, 2024; OECD, 2023; Piasna, 2023). Os testemunhos recolhidos e as observações no terreno confirmam a naturalização de contratos curtos, trabalho temporário e regimes de plataforma que funcionam como porta de entrada mas também armadilha de vulnerabilidade.

Por fim, confirma-se a relevância dos GIP Imigrante como estruturas especializadas de proximidade, criadas para responder às exigências do mercado de trabalho e às necessidades específicas de públicos imigrantes, e cuja intervenção combina apoio à empregabilidade com mediação burocrática e orientação social. O desenho institucional previsto para a rede e o objetivo de acompanhamento específico alinhados com políticas de integração ativas são consistentes com a função efetivamente desempenhada no terreno, segundo os dados recolhidos.

2. Resultados que Desafiam a Literatura

Apesar das convergências, emergem tensões e contributos específicos. A primeira diz respeito ao papel dos GIP para além da empregabilidade: na prática, constituem-se enquanto mediadores burocráticos e pontos de referência emocional, indo “além da razão da sua existência”, ao apoiarem utentes na regularização documental, marcações e

instrução de pedidos, condições sem as quais a integração laboral não pode se iniciar. Esta extensão funcional, que não está plenamente formalizada como mandato central, evidencia uma lacuna entre desenho normativo e realidade operacional.

A segunda tensão prende-se com o equilíbrio entre autonomia e dependência. Os técnicos relatam situações de procura de validação em tempo real, como pedidos de ajuda durante entrevistas de emprego e de delegação de tarefas digital-burocráticas nos serviços. Em contrapartida, quando o tempo de atendimento o permite, observam-se práticas de capacitação (simulações de entrevista, alfabetização digital aplicada) que potenciam a autonomia. Esta ambivalência é um contributo do estudo, ao mostrar que o mesmo dispositivo institucional pode simultaneamente produzir dependência e capacitação, consoante as condições organizacionais (tempo, recursos, mediação intercultural).

A terceira tensão diz respeito à dimensão emocional e psicossocial. Embora a literatura aponte a relação entre inserção laboral, bem-estar e pertença, os dados recolhidos tornam visíveis a carga afetiva da espera documental, do isolamento e da discriminação quotidianos, com impactos na motivação e na continuidade da procura. Este nível micro desta dimensão, observado de perto no atendimento e na sala de espera, complementa a análise mais macro das políticas e do mercado de trabalho.

Por último, o estudo destaca o papel das redes informais como dispositivos de mediação do acesso a serviços e oportunidades, reforçando o capital social como determinante de itinerários de integração. A dependência destas redes confirma a literatura sobre esta matéria, mas a análise empírica mostra também o seu efeito distributivo desigual: quem chega sem redes apresenta maior propensão à dependência institucional e a percursos mais longos de vulnerabilidade.

3. Recomendações para Políticas Públicas e Prática Profissional

Com base nos resultados obtidos, foram identificadas recomendações relevantes para políticas públicas e para a prática profissional, as quais se distribuem em três níveis interligados: sistémico, programático e regulatório/mercado de trabalho.

Ao nível sistémico, os atrasos e bloqueios na regularização produzem efeitos em cascata sobre o emprego, a segurança social e a habitação. Urge, por isso, fortalecer a articulação interinstitucional e estabelecer canais funcionais de comunicação entre os serviços de imigração e a rede GIP, com mecanismos de reporte e acompanhamento que reduzam tempos mortos e a incerteza sentida pelos utentes.

Ao nível programático, recomenda-se o reforço de recursos humanos nos GIP, bem como a definição de tempos de atendimento compatíveis com a complexidade dos casos; a integração de componentes de aprendizagem linguística contextualizada ao trabalho (Português para fins específicos); e a oferta de apoio psicossocial de proximidade, com referenciação ágil para profissionais de saúde mental, quando necessário. A implementação de planos de ação com metas graduais, acompanhados por marcos e follow-up formalizado após encaminhamentos, pode mitigar desistências e promover a consolidação da autonomia dos utentes.

Ao nível regulatório e do mercado de trabalho, os dados evidenciam a necessidade de acelerar e clarificar os processos de reconhecimento de qualificações; reforçar a inspeção e o cumprimento de normas laborais, sobretudo em setores com elevada presença de imigrantes; e atualizar a regulação do trabalho em plataformas digitais, de modo a evitar que estas portas de entrada no mercado de trabalho se convertam em trajetórias de precariedade prolongada.

O conceito de “trabalho digno” deve permanecer como critério central na avaliação das políticas ativas de emprego e integração, e não se limitar a um indicador binário de acesso a emprego, isto é, à mera contabilização de se a pessoa está ou não empregada, sem considerar a qualidade, estabilidade e proteção associadas ao trabalho.

4. Questões Éticas e Limitações do Estudo

A presente investigação foi conduzida respeitando os princípios éticos fundamentais que orientam a pesquisa em Ciências Sociais, assegurando o respeito pela dignidade humana, a beneficência, a justiça e a não maleficência (Creswell, 2014; Coutinho, 2011). Antes do início da recolha de dados, foi obtida autorização formal da instituição onde se realizou o estudo, garantindo que os objetivos, procedimentos e

possíveis implicações fossem devidamente esclarecidos. Esta etapa foi essencial para assegurar a legitimidade e a transparência de todo o processo.

Todos os participantes foram informados de forma clara e acessível acerca da natureza voluntária da sua participação, bem como sobre os objetivos do estudo, os métodos utilizados e a forma como os dados seriam tratados. Foi-lhes igualmente comunicado o direito de se retirarem da investigação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou consequência negativa para o acesso aos serviços prestados pelo GIP. O consentimento informado foi obtido de forma adequada ao contexto, sendo que, em algumas situações, foi recolhido verbalmente, enquanto noutras foi formalizado por escrito, garantindo que todos os participantes compreenderam plenamente os termos da sua participação (Consultar Apêndice 15).

A confidencialidade e a anonimização dos dados foram criteriosamente asseguradas. As entrevistas foram identificadas através de códigos alfanuméricos (por exemplo, Utente A, Utente B, Técnico 1, Técnico 2), de forma a proteger a identidade dos participantes. Toda a informação que pudesse permitir a identificação direta ou indireta foi removida das transcrições, quadros de codificação e resultados apresentados. Os ficheiros áudio, as transcrições e as notas de campo foram guardados em dispositivos eletrónicos protegidos por palavra-passe e utilizados exclusivamente para efeitos desta investigação.

Considerando a sensibilidade de alguns dos temas abordados durante as entrevistas, como dificuldades de integração, experiências de discriminação ou situações de precariedade laboral, foi adotada uma postura de escuta ativa, empatia e respeito, promovendo um ambiente seguro e confortável para os participantes. Sempre que se identificou desconforto emocional ou necessidade de apoio, foram fornecidas informações sobre serviços de apoio psicossocial disponíveis na comunidade, garantindo que os participantes tinham acesso a suporte adequado.

Relativamente às limitações do estudo, importa reconhecer alguns fatores que condicionam a generalização e a interpretação dos resultados obtidos. Em primeiro lugar, a dimensão e a composição da amostra representam uma restrição significativa. O estudo contou apenas com oito entrevistas semiestruturadas, sendo cinco dirigidas a utentes e

três a técnicos de um único GIP Imigrante. Inicialmente, esperava-se obter participação de técnicos de um número mais alargado de serviços. Foram contactados sete GIP Imigrantes no total, no entanto, apenas três aceitaram colaborar. Nos restantes casos, não se obteve resposta, ou os serviços não tiveram disponibilidade ou receptividade para participar, o que limitou substancialmente a diversidade de perspetivas recolhidas. Este número reduzido e a limitação geográfica impossibilitam extrapolar as conclusões para todos os serviços GIP ou para a totalidade da população migrante em Portugal, embora permitam obter uma compreensão aprofundada do contexto estudado.

Outra limitação prende-se com o potencial viés de participação. A seleção dos entrevistados dependeu da sua disponibilidade e vontade em participar, o que pode ter conduzido à predominância de pessoas mais motivadas ou com experiências particularmente positivas ou negativas, influenciando assim os dados recolhidos.

O tempo disponível para a observação participante constituiu igualmente um desafio. Esta decorreu apenas em três dias distintos, o que, embora tenha permitido captar aspetos essenciais do funcionamento do serviço, não possibilitou uma visão contínua e completa das dinâmicas institucionais ou das variações no fluxo de atendimento ao longo do tempo.

O processo de codificação e análise dos dados foi realizado manualmente, sem recurso a software especializado de análise qualitativa. Apesar desta abordagem ter permitido um contacto próximo e reflexivo com os dados, aumentando a profundidade da interpretação, também pode ter introduzido riscos acrescidos de subjetividade e de erros humanos, exigindo uma atenção redobrada para garantir rigor e consistência.

Importa reconhecer que o estudo foi desenvolvido num contexto político e social em constante transformação, sobretudo no que respeita às políticas migratórias, laborais e de integração. Alterações recentes na legislação ou na organização dos serviços podem afetar a atualidade e a aplicabilidade direta de algumas das conclusões e recomendações apresentadas, tornando necessária uma atualização contínua e um acompanhamento regular da realidade.

Em síntese, apesar destas limitações, os cuidados éticos adotados ao longo do processo garantiram a integridade científica do estudo e a proteção dos participantes.

Reconhecer as limitações não enfraquece a investigação, mas antes evidencia transparência e rigor, contribuindo para que os resultados sejam interpretados de forma crítica e fundamentada, servindo como base para futuras pesquisas e para a melhoria das práticas profissionais e das políticas públicas.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como principal objetivo compreender de que forma os GIP Imigrante contribuem para a integração socioprofissional dos imigrantes em Portugal, bem como identificar os principais desafios que se colocam neste processo. A análise realizada, com base em oito entrevistas semiestruturadas, cinco com utentes e três com técnicos, e em três sessões de observação participante, permitiu construir um retrato aprofundado e multifacetado que articula dimensões estruturais, laborais, burocráticas e psicossociais da experiência migratória, evidenciando simultaneamente o papel central desempenhado por estas estruturas na mediação do acesso ao mercado de trabalho e na promoção da integração.

Um dos aspetos mais relevantes que emergiu da investigação foi a constatação de que a integração profissional está longe de ser um percurso linear e previsível. As trajetórias relatadas evidenciam obstáculos persistentes que moldam a experiência migratória. Entre eles, destaca-se a barreira linguística, que continua a condicionar o acesso a empregos qualificados e a limitar a autonomia dos imigrantes, mesmo quando estes possuem competências técnicas e académicas sólidas. Acresce o não reconhecimento das qualificações académicas e profissionais, que se revela como um mecanismo de mobilidade descendente, relegando indivíduos com formação superior para funções desvalorizadas e mal remuneradas, perpetuando situações de subemprego e frustração.

A morosidade burocrática, particularmente visível nos processos relacionados com a AIMA, constitui outro fator crítico, prolongando situações de incerteza e bloqueando o acesso a vínculos formais de trabalho, à habitação e à proteção social. A realidade laboral descrita nas entrevistas e observada no terreno confirma a segmentação do mercado de trabalho, marcada por precariedade, vínculos temporários e situações de exploração, sobretudo em setores de baixa qualificação onde os imigrantes estão sobre representados. Estes elementos combinados revelam que a integração profissional não depende apenas do esforço individual do imigrante, mas também de estruturas políticas, institucionais e económicas que muitas vezes dificultam ou retardam o processo.

Apesar destes desafios, os dados recolhidos confirmam o papel essencial dos GIP Imigrante enquanto estruturas de mediação, proximidade e orientação. Os técnicos surgem como atores centrais na promoção da empregabilidade, mas também no apoio burocrático, na escuta ativa e na construção de estratégias adaptadas às necessidades específicas de cada utente. Foi possível observar práticas que demonstram simultaneamente a sobrecarga estrutural e a escassez de tempo disponível, mas também um esforço pedagógico e criativo, que, em contextos mais favoráveis, promove a autonomia dos utentes através de exercícios de capacitação digital, simulações de entrevistas ou encaminhamento para formações qualificantes. Este equilíbrio delicado entre dependência e capacitação, identificado nas interações quotidianas, constitui um dos contributos originais deste estudo, ao mostrar como o mesmo dispositivo institucional pode produzir efeitos contraditórios em função das condições organizacionais e dos recursos disponíveis.

Outro resultado relevante prende-se com a importância das redes sociais e comunitárias no processo de integração. Muitos utentes chegaram ao GIP por indicação de familiares, amigos ou conhecidos, confirmando a centralidade do capital social na mediação do acesso a serviços e oportunidades. No entanto, esta dependência reforça desigualdades, uma vez que aqueles que não dispõem de redes de apoio ficam mais vulneráveis e dependentes das respostas institucionais. O estudo demonstra, assim, que a integração não se concretiza apenas através de políticas formais, mas também através de recursos informais cuja distribuição desigual influencia diretamente os percursos de vida.

Respondendo diretamente à pergunta de investigação: qual o papel dos GIP Imigrante na integração socioprofissional dos imigrantes em Portugal e quais os desafios enfrentados nesse processo?, conclui-se que estes gabinetes assumem uma função crucial de mediação, reduzindo a incerteza e criando condições mínimas para que os imigrantes possam aceder ao mercado de trabalho e, gradualmente, consolidar a sua inserção socioprofissional. Contudo, enfrentam constrangimentos institucionais significativos, como a falta de recursos humanos e logísticos, a ausência de mecanismos formais de monitorização dos encaminhamentos, a sobrecarga de processos administrativos e a insuficiente articulação com outras entidades, nomeadamente a AIMA. Estes fatores

limitam o impacto dos GIP e, muitas vezes, transformam-nos em espaços de gestão de urgências, em vez de estruturas de promoção de integração sustentável.

Entende-se, assim, que os objetivos definidos para esta dissertação foram cumpridos, uma vez que foi possível caracterizar as experiências de integração profissional dos imigrantes, analisar em profundidade o funcionamento dos GIP Imigrante, identificar os impactos psicossociais envolvidos e discutir implicações práticas e políticas. Do ponto de vista prático, os resultados permitem delinear recomendações claras e exequíveis. É fundamental reforçar os recursos humanos e logísticos dos GIP, garantindo tempos de atendimento adequados à complexidade dos casos e reduzindo os tempos de espera que geram frustração e desistências. A articulação interinstitucional deve ser significativamente melhorada, através da criação de protocolos de cooperação eficazes entre os GIP, a AIMA e o IEFP, permitindo reduzir atrasos e bloqueios que afetam diretamente os percursos de vida dos utentes. É igualmente necessário integrar respostas psicossociais de proximidade, reconhecendo que a ansiedade, o isolamento e os traumas associados à imigração têm impacto direto na capacidade de inserção laboral. A formação contínua dos técnicos, com especial enfoque em competências interculturais e digitais, reforçaria a qualidade do atendimento e a eficácia das respostas.

No plano mais amplo das políticas públicas, torna-se essencial reforçar a fiscalização em setores com elevada presença de imigrantes, agilizar e clarificar os processos de reconhecimento de qualificações académicas e profissionais e garantir que o critério de trabalho digno, e não apenas o mero acesso a emprego, seja central na avaliação das políticas de integração. A integração profissional não deve ser entendida como um simples indicador binário (empregado/desempregado), mas como um processo complexo que envolve qualidade do emprego, proteção social e sentimento de pertença.

Em síntese, este estudo evidencia que a integração socioprofissional é um processo intrinsecamente complexo, marcado por barreiras linguísticas, burocráticas e contratuais, mas também por estratégias de resiliência e pelo papel fundamental das redes sociais e comunitárias. Os GIP Imigrante assumem-se como dispositivos de mediação indispensáveis, capazes de atenuar fragilidades e criar oportunidades, mas limitados por constrangimentos institucionais, e não apenas operacionais, que ultrapassam o seu mandato formal. Para que estes gabinetes possam cumprir plenamente a sua função, é

necessária a consolidação de políticas públicas integradas, que reconheçam a complexidade do fenómeno migratório e disponibilizem os recursos necessários. Só assim será possível transformar a passagem de “acesso ao emprego” em “trabalho digno e pertença social”, garantindo que a integração seja uma realidade efetiva e equitativa para todos os imigrantes em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afzali, M., Ryazantsev, S., Bezverbnaya, N. (2023). Relationship between immigrant integration and socioeconomic indicators of European immigrant-receiving countries. *Journal of Social'nye i gumanitarnye znaniya*, 9(2). <http://j.uniyar.ac.ru/index.php/dnk>.
- Agência para a Integração Migrações e Asilo. (2025). *Relatório intercalar. Recuperação de processos pendentes na AIMA. População Estrangeira em Portugal*. <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/4a518251d7-1744128191/relatorio-intercalar-recuperacao-de-processos-pendentes-na-aima-populacao-estrangeira-em-portugal.pdf>.
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>.
- Alarian, H. M., & Neureiter, M. (2019). Values or origin? Mandatory immigrant integration and immigration attitudes in Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(5), 1006–1027. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1668756>.
- Bardin, L. (2013). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Caleiras, J., Carmo, R. (2024). *O Tripé Inadiável. Trabalho, Emprego e Proteção Social em Portugal*. Editora Mundos Sociais. https://mundossociais.com/temps/livros/01_16_25_44_tripeinadiavel_ebook.pdf.
- Caleiras, J., Carmo, R. (2024). The politics of social policies in Portugal: Different responses in times of crises. *Journal of Social Policy & Administration*, 58(7), 1042 - 1058. <https://doi.org/10.1111/spol.1300>.

- Carreiras, M. (2024). Between the inclusion and exclusion of immigrants in a peripheral European country: Housing inequality in Portugal. *Population, Space and Place*, 30(8). <https://doi.org/10.1002/psp.2805>.
- Carvalho, C., Ribeiro, A. (2022). The impact of the EU economic governance in Portugal. *European Labour Law Journal*, 13(2), 193-213. <https://doi.org/10.1177/20319525221093505>.
- Constantino, C., Minas, M. (2022). ‘My new home?’: Strategies and challenges of refugee integration programs in Portugal. *Journal of Community Psychology*, 50(8). <https://doi.org/10.1002/jcop.22873>.
- Cook, M. L. (2018). Portugal’s Immigration and Integration Policies: A Case Apart? *Journal of International Migration and Integration*, 19(3), 771–789. <https://doi.org/10.1007/s12134-018-0569-x>.
- Correia, M. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Revista Científica Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36. <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>.
- Costa, A. P. (2023). As Políticas Europeias de Imigração: o caso de Espanha e Portugal. *Extraprensa, São Paulo*, 15(2), pp. 166 – 187. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2022.200023>.
- Costa, P. (2015). O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português. *Revista Política & Sociedade*, 14(30), 57 - 71. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n30p56>.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais; teoria e prática*. Edições Almedina.
- Creswell, J. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches (3rd ed.)*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, N. K. (2009). *The Research Act. A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Routledge.

<https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315134543/research-act-norman-denzin>.

Elo, S., Kyngäs, H. (2007). The qualitative content analysis process. *The Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107-115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>.

Esteves, A., Fonseca, M., Malheiros, J. (2017). Labour market integration of immigrants in Portugal in times of austerity: resilience, in situ responses and re-emigration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(14), 2375–2391. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1346040>.

Esteves, A., Sampaio, D. (2013). Language Proficiency Among Immigrants and the Establishment of Interethnic Relations. *A Comparative Analysis of Bilbao, Lisbon and Rotterdam. Finisterra*, 48(96), pp. 65-88. <https://doi.org/10.18055/Finis3617>.

Festi, R. C., & Roque, I. (2025). Representation, regulation and voice of immigrant couriers and platform drivers in Portugal. *Globalizations*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14747731.2025.2499421>.

Fielding, N., e M. Schreier (2001), “Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods”, em Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research (revista on-line), 2: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.

Flick, U. (2005a). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Ed. Monitor.

Flick, U. (2005b). “Triangulation in Qualitative Research”, em Flick, U., E. V. Kardorff, e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.

Gaspar, S., Iorio, J. (2023). *Integração Social de Descendentes e Jovens Imigrantes. O Caso do Concelho de Sintra*. Editora Mundos Sociais. <https://www.mundossociais.com/livro/integracao-social-de-descendentes-e-jovens-imigrantes/135>.

- Góis, P. (2019). *Estudo “Casa Comum – Migrações e Desenvolvimento em Portugal”*. Cáritas Portuguesa. <https://caritas.pt/2019/whatishome/estudo-casa-comum-migracoes-e-desenvolvimento/>.
- Góis, P. (2022). Redes, Interligações e Sistemas Migratórios num Portugal Europeu e Atlântico. *Relações Internacionais*, nº 75, pp. 087-105. <https://doi.org/10.23906/ri2022.75a06>.
- Hannah M. Alarian & Michael Neureiter (2019): Values or origin? Mandatory immigrant integration and immigration attitudes in Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(5). Pages 1006-1027. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1668756>.
- Idealista. (2025). *Programa INTEGRAR já apoiou quase 50 mil imigrantes a procurar emprego*. Idealista/news. <https://www.idealista.pt/news/financas/economia/2025/03/27/68886-programa-integrar-ja-apoiou-quase-50-mil-imigrantes-a-procurar-emprego>.
- IEFP. (2024). *Programa INTEGRAR*. Instituto do Emprego e Formação Profissional. <https://www.iefp.pt/programa-integrar>.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional. (2025). *Informação Mensal do Mercado de Emprego*. Março 2025. <https://www.iefp.pt/documents/10181/13014693/Informação+Mensal+março+2025.pdf/5b5adc7c-ed91-4651-87b7-740bce8d2f46>.
- Kaushik, V., Walsh, C., Haefele, D. (2016). Social Integration of Immigrants within the Linguistically Diverse Workplace: A Systematic Review. *Review of Social Sciences*, 01(01), 15-25. <http://dx.doi.org/10.18533/rss.v1i1.5>.
- Keevers, L., Treleaven, L., & Sykes, C. (2008). Partnership and participation: contradictions and tensions in the social policy space. *Australian Journal of Social Issues*, 43(3), 459 - 477. <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.2008.tb00113.x>.

- Krisher, V., Isidoro, R. (2022). The Legal (in)Security of Foreign Workers. *International Journal of Social, Political and Economic Research*, 9(2). <https://doi.org/10.46291/IJOSPERvol9iss02pp1-15>.
- Lai, D. W. L., Shankar, J., & Khalema, E. (2017). Unspoken skills and tactics: Essentials for immigrant professionals in integration to workplace culture. *Journal of International Migration and Integration*, 18(3), 937–959. <https://doi.org/10.1007/s12134-017-0513-5>.
- Lopes, R., António, J., Góis, P., Alves, J., Lopes, F. (2024). *Barómetro da Imigração. A perspetiva dos Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-imigracao-perspetiva-dos-portugueses#authors-main-list>.
- Maluma, J., Carvalho, M. (2023). Voices from immigrant’s search for security and social protection in Lisbon, Portugal. *Temas Sociais* (4), pp. 07-32. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_7-32.
- Martins, P. (2021). Working to get fired? Unemployment benefits and employment duration. *Journal of Policy Modeling*, Vol. 43, Issue 5. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2021.03.004>.
- Mccall, V., Hoyle, L., Gunasinghe, S., O’Conner, S. (2020). A new era of social policy integration? Looking at the case of health, social care and housing. *Journal of Social Policy*, 50(4), 809 - 827. <https://doi.org/10.1017/S0047279420000525>.
- Morgan, H. (2022). Conducting a Qualitative Document Analysis. *The Qualitative Report*, 27(1), 64-77. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2022.5044>.
- Moser, A., Korstjens, I. (2018). Series: Practical guidance to qualitative research. Part 3: Sampling, data collection and analysis. *European Journal of General Practice*, 24(1). 9-18. <https://doi.org/10.1080/13814788.2017.1375091>.
- Mulumba, J., & Carvalho, M. I. (2023). Voices from immigrant’s search for security and social protection in Lisbon, Portugal. *Revista Temas Sociais*(4), 7-32. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_7-32.

- Naderifar, M., Goli, H., Ghaljaie, F. (2017). Snowball Sampling: A Purposeful Method of Sampling in Qualitative Research. *Strides in Development of Medical Education*, 14(3). <https://doi.org/10.5812/sdme.67670>.
- Nascimento, P., Roberto, M. S., Lemos, M., Poole-da-Costa, M. C., & Santos, A. S. (2023). Employability narratives in digital storytelling: do overqualified Brazilian and Venezuelan immigrants in Portugal tell the same story? *Qualitative Research in Psychology*, 21(1), 140–174. <https://doi.org/10.1080/14780887.2023.2293078>.
- Negash, S. (2022). Individual and Contextual Sources of (Mis)Perceptions About the Impact of Immigration on the Welfare State. *Journal of Social Policy*, 53(3), 679 - 701. <https://doi.org/10.1017/S0047279422000447>.
- OE2025. (2025). *O OE2025 para as Empresas. INTEGRAÇÃO: Imigração Regulada e Humanista e acolhimento de trabalhadores*. Orçamento do Estado 2025. <https://oe2025.gov.pt/pt/Prioridades/Empresas/Imigracao-humanista-e-acolhimento-de-trabalhadores>.
- OECD. (2023). *International Migration Outlook 2023*. https://www.oecd.org/en/publications/international-migration-outlook-2023_b0f40584-en.html.
- Oliveira, C. (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual*. Observatório das Migrações.
- Oranga, J. and Matere, A. (2023). Qualitative Research: Essence, Types and Advantages. *Open Access Library Journal*, 10(12), 1-9. <https://doi.org/10.4236/oalib.1111001>.
- Organização Internacional do Trabalho (2007). *Kit de ferramentas para integrar o emprego e o trabalho digno*. <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/kit-de-ferramentas-para-integrar-o-emprego-e-o-trabalho-digno>.
- Parsons, C., Rojon, S., Rose, L., Samanani, F. (2020). High skilled migration through the lens of policy. *Migration Studies*, 8(3), 279–306. <https://doi.org/10.1093/migration/mny037>.

- Pellegrini, V., De Cristofaro, V., Salvati, M. et al. (2021). Social Exclusion and Anti-Immigration Attitudes in Europe: The mediating role of Interpersonal Trust. *Soc Indic Res* 155, 697–724. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02618-6>.
- Pereirinha, J. (2008). *Politica social: fundamentos da actuação das políticas públicas*. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/8524>.
- Pereirinha, J., Pereira, E. (2023). Living wages in Portugal: In search of dignity in a polarised labour market. *Social Policy & Administration*, 57(4), 481–496. <https://doi.org/10.1111/spol.12887>.
- Pereirinha, J., Pereira, E. (2023). Living wages in Portugal: In search of dignity in a polarised labour market. *Journal of Social Policy & Administration*, 57(4), 481 - 496. <https://doi.org/10.1111/spol.12887>.
- Piasna, A. (2023). *Job quality in turbulent times. An update of the European Job Quality Index*. ETUI, The European Trade Union Institute. <https://www.etui.org/publications/job-quality-turbulent-times>.
- Pires, C. (2016). ‘A integração faz-se a nível local’. O processo de conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. *Migrações*, 13, pp. 45-66. <https://1library.org/document/qv127e0d-integração-nível-processo-conceção-planos-municipais-integração-imigrantes.html>.
- Pordata. (2025). *População desempregada por sexo, grupo etário e nacionalidade. Quantas pessoas estão à procura de emprego em Portugal, mulheres ou homens, por idades, cidadãos nacionais ou estrangeiros?*. https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/emprego/populacao-desempregada/populacao-desempregada-por-sexo-grupo-etario-e?_gl=1*widwx8*_up*MQ..*_ga*Nzc4MjE1ODY3LjE3NDQ5NzIwNzQ.*_ga_HL9EXBCVBZ*MTc0NDk3MjA3My4xLjEuMTc0NDk3MjE3OC4wLjAuM
[A.](https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/emprego/populacao-desempregada/populacao-desempregada-por-sexo-grupo-etario-e?_gl=1*widwx8*_up*MQ..*_ga*Nzc4MjE1ODY3LjE3NDQ5NzIwNzQ.*_ga_HL9EXBCVBZ*MTc0NDk3MjA3My4xLjEuMTc0NDk3MjE3OC4wLjAuM)
- Roque, I., Carmo, R. M., de Assis, R. V., & Caleiras, J. (2022). Precarious Work and Intermittent Life Trajectories in a Portuguese Gig Economy. *Journal of Labor and Society*, Vol. 27. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10075>.

- Silva, E. & Casimiro, C. (Eds.). (2023). *Migrações, Famílias e Desigualdades*. E-book. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. ISBN: 978-989-646-167-6.
- Simões, J. (2024). Immigration speeding social landscape transformations: the case of Portugal. *Journal of Civitas Hominibus*, 19, 81-92. https://doi.org/10.25312/2391-5145.198/2024_06jss.
- Teixeira, A., Dias, S. (2016). Labor market integration, immigration experience, and psychological distress in a multi-ethnic sample of immigrants residing in Portugal. *Ethnicity & Health*, 23(1). <https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1246421>.
- Theodoropoulou, S., Sabato, S., & Akgüç, M. (2025). National eco-social policies in the framework of EU just transition: The cases of Greece, Italy, Portugal and Spain. *Global Social Policy*, 25(1), 86–111. <https://doi.org/10.1177/14680181241291122>.
- Toshkov, D. (2024). The political effects of intra-EU migration: Evidence from national and European elections in seven countries. *European Union Politics*, 25(4), 723-747. <https://doi.org/10.1177/14651165241271979>.
- Vogt Isaksen, J. (2019). The impact of the financial crisis on European attitudes toward immigration. *CMS* 7, 24. <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0127-5>.
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. 6th ed. SAGE Publications.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião de Observação Participante

Identificação da Sessão

Data:

Hora (início / fim):

Local: GIP Imigrante Caxias (Associação Batoto Yetu)

Papel do Observador: Passivo Participante leve Participante ativo

Objetivos da Observação

- Captar elementos da Experiência de Integração Profissional vivida pelos utentes.
- Analisar a execução e perceção dos Serviços dos GIPs.
- Identificar barreiras/dificuldades e oportunidades/sucessos no atendimento.

Dimensões e Indicadores

Dimensão	Indicadores	Como Registrar
Experiência de Integração Profissional	Narrativas breves dos imigrantes (palavras-chave ou citações)	– Notas de campo narrativas – Citações diretas entre aspas – Escala de satisfação (1–5) com ✓ / ✗ – Mapa de emoções, se aplicável
	Expressões de satisfação/insatisfação	
	Comentários sobre desafios (linguagem, burocracia, discriminação)	
	Menções a benefícios obtidos (orientação, encaminhamento, acesso a direitos)	
Serviços dos GIPs	Tipos de apoio prestado (ex. procura de emprego, formação, desenvolvimento de competências)	– Checklist de serviços oferecidos – Notas pontuais sobre qualidade da interação – Registo fotográfico de materiais utilizados (quando autorizado)
	Modalidade do serviço (individual ou grupal)	
	Materiais utilizados (ex. guias, folhetos, plataformas digitais)	
	Qualidade da explicação e acompanhamento técnico	

Focos Transversais

Foco	O que Observar	Como Registrar
Fluxo e Organização	<ul style="list-style-type: none"> – Ritmo dos atendimentos (intervalos regulares? atrasos?) – Número de utentes atendidos por sessão – Existência de faltas ou desistências 	<ul style="list-style-type: none"> – Tabela horária simples (com registo de horários reais vs previstos) – Contagem numérica
Interações Verbal / Não-Verbal	<ul style="list-style-type: none"> – Tom de voz do técnico e dos utentes (empático, impaciente, neutro) – Linguagem corporal (proximidade, postura, contacto visual) – Interrupções ou silêncios significativos 	<ul style="list-style-type: none"> – Bullet points por interação observada – Palavras-chave anotadas à margem ou sublinhadas
Barreiras e Dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> – Impasses administrativos (falta de documentos, desconhecimento do idioma) – Reações emocionais (frustração, cansaço, hesitação) – Momentos de tensão ou desistência 	<ul style="list-style-type: none"> – Notas com rótulos temáticos (ex.: “burocracia”, “barreira linguística”) – Breves descrições situacionais
Oportunidades e Sucessos	<ul style="list-style-type: none"> – Casos positivos (encaminhamentos eficazes, formação atribuída) – Expressões de gratidão ou satisfação – Relações de confiança visíveis entre técnico e utente 	<ul style="list-style-type: none"> – Notas com rótulos temáticos (ex.: “sucesso”, “apoio eficaz”) – Citações ilustrativas

Apêndice 2 – Notas de Campo: Observação Participante

Sessão / Data	Situação Observada	Categoria Inicial	Tema Analítico Final	Interpretação
Sessão 1 – Dia de elevada procura	Técnica tenta comunicar com utente sem falar português, recorrendo a gestos e aplicação de tradução. Atendimento demora o dobro do tempo.	Barreiras de comunicação	Sobrecarga e pressão temporal	A ausência de mediadores linguísticos aumenta a ansiedade e a frustração, prolonga os atendimentos e compromete a eficácia do serviço.
Sessão 1 – Dia de elevada procura	Técnica tenta contactar a AIMA por telefone durante mais de 20 minutos sem resposta, enquanto outros utentes aguardam.	Burocracia / Dependência institucional	Sobrecarga e pressão temporal	A dependência de entidades externas agrava atrasos e aumenta a pressão sobre técnicos e utentes.
Sessão 2 – Dia calmo	Técnico reformula currículo e faz simulação de entrevista num atendimento individualizado, com tempo disponível.	Ações formativas práticas	Promoção da autonomia	Em contextos calmos, os técnicos conseguem desenvolver competências e promover inserção laboral de forma mais efetiva.
Sessão 2 – Dia calmo	Técnica ensina utente a criar conta de email, incentivando-a a tentar sozinha.	Alfabetização digital	Promoção da autonomia	Demonstração do potencial pedagógico dos GIPs, promovendo a independência dos utentes através de aprendizagens concretas.
Sessão 3 – Redes informais	Utentes trocam informações e contactos na sala de espera, criando redes espontâneas de apoio.	Redes informais de suporte	Papel do capital social	O capital social facilita o acesso a oportunidades, mas acentua desigualdades entre quem tem ou não redes de apoio.
Sessão 3 – Redes informais	Utente relata que trabalha 12 horas sem contrato e tem receio de denunciar abusos.	Exploração laboral	Vulnerabilidade e precariedade	A precariedade estrutural limita percursos de integração e mantém situações de abuso não reportadas.

Apêndice 3 – Guião de Entrevista – Técnico/a GIP

Bloco Temático	Relação c/ Modelo de Análise	Indicadores Principais	Relação com os Objetivos do Estudo
Caracterização do GIP e sua Área de Abrangência	Não diretamente ligado ao modelo, mas essencial para contextualização.	<ul style="list-style-type: none"> - Localização; - Área de atuação; - Serviços oferecidos; - Tipos de parcerias e encaminhamentos. 	Compreender como o GIP opera e a sua articulação com outras entidades no processo de integração
Perfil Sociodemográfico dos Utentes	Experiência de Integração Profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Origem dos imigrantes; - Faixa etária; - Género; - Nível educacional; - Situação laboral prévia. 	Conhecer e caracterizar o perfil dos imigrantes que recorrem aos GIPs
Funcionalidade e Serviços dos GIPs	Serviços dos GIPs	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de serviços mais procurados; - Procedimentos internos; - Capacidade de resposta às necessidades. 	Aferir a eficácia dos serviços disponibilizados e os desafios enfrentados pelos técnicos
Parcerias e Encaminhamentos	Experiência de Integração Profissional e Serviços dos GIPs	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de parcerias; - Encaminhamento - Integração com redes locais. 	Entender a capacidade de articulação dos GIPs com outras áreas relevantes para a integração socioprofissional.
Resultados da Integração	Experiência de Integração Profissional e Serviços dos GIPs.	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de sucesso; - Principais obstáculos; - Impacto nos utentes e desafios enfrentados. 	Identificar boas práticas e áreas de melhoria e identificar os fatores que influenciam os resultados obtidos
Barreiras e Desafios	Experiência de Integração Profissional e Serviços dos GIPs.	<ul style="list-style-type: none"> - Barreiras institucionais; - Barreiras culturais; - Dificuldades dos técnicos e utentes. 	Identificar os desafios encontrados pelos técnicos e os imigrantes na implementação e utilização dos serviços.
Casos de Sucesso e Boas Práticas	Resultados Pretendidos no Modelo: Identificar oportunidades e sucessos.	<ul style="list-style-type: none"> - Exemplos práticos de sucesso; - Impacto positivo para imigrantes; - Boas práticas internas. 	Reconhecer as práticas que geram os melhores resultados e compreender como podem ser replicadas.

1. Caracterização do GIP e sua Área de Abrangência

- Qual é a área de abrangência do GIP onde trabalha?
- Quais serviços são oferecidos aos utentes neste GIP?
- O GIP trabalha exclusivamente com imigrantes?
- Existe alguma especificidade no atendimento aos imigrantes?

2. Perfil Sociodemográfico dos Utentes

- Quais são as características gerais dos utentes que procuram o GIP (origem, faixa etária, género, escolaridade, etc.)?
- Há grupos específicos de imigrantes que representam a maioria dos atendimentos? Por exemplo, pessoas de determinados países ou com um perfil educacional específico?

3. Funcionalidade e Serviços dos GIPs

- Quais são os serviços mais procurados pelos utentes no GIP?
- Quais as questões que considera mais difíceis de atender?
- Como é que o serviço do GIP se adapta às necessidades específicas de imigrantes?

4. Parcerias e Encaminhamentos

- Quando os imigrantes apresentam necessidades que não são da área de emprego (como habitação, saúde, etc.), o GIP consegue encaminhá-los para as entidades certas?
- Que desafios surgem quando há necessidade de articulação com outras entidades?
- Existe algum mapeamento ou monitorização após estes encaminhamentos?

5. Resultados da Integração

- Na sua opinião, que fatores dificultam a integração socioprofissional dos imigrantes?
- De quem é a responsabilidade quando os resultados esperados não são atingidos (técnicos, imigrantes, políticas públicas, etc.)?
- Existe alguma métrica ou indicador que utilizam para avaliar o impacto dos serviços prestados?

6. Barreiras e Desafios

- Quais são os principais desafios que os imigrantes enfrentam durante o processo de integração socioprofissional?
- Existem barreiras institucionais (ex.burocracia, falta de políticas públicas) que afetam a eficácia dos serviços?
- Considera que há falta de formação ou de recursos para os técnicos que trabalham diretamente com imigrantes?

7. Casos de Sucesso e Boas Práticas

- Quais características (do imigrante, do GIP, ou do contexto) contribuem para que casos de sucesso aconteçam?
- Há alguma prática que o GIP adota que considera inovadora ou particularmente eficaz?
- Que mudanças sugere para melhorar os serviços oferecidos pelos GIPs?
- Quais são as principais melhorias que poderiam facilitar o trabalho dos técnicos nos GIPs?

Apêndice 4 – Guião de Entrevista – Utente GIP

Bloco Temático	Relação com o Modelo de Análise	Indicadores Principais	Relação com os Objetivos do Estudo
Experiência de Integração Socioprofissional	Experiência de Integração Profissional	- Principais desafios enfrentados no processo de integração; - Benefícios dos serviços dos GIPs; - Situações de sucesso e dificuldades vivenciadas.	Compreender os desafios e benefícios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração socioprofissional em Portugal.
Perceção dos Serviços dos GIPs	Serviços dos GIPs	- Satisfação com os serviços; - Perceção sobre a qualidade do apoio prestado; - Tipos de serviços utilizados e a sua eficácia.	Compreender de que forma os serviços dos GIPs atendem às necessidades específicas dos utentes imigrantes.
Relação com a Comunidade e o Mercado de Trabalho	Experiência de Integração Profissional	- Interações com a comunidade local; - Acesso a oportunidades de emprego; - Desenvolvimento de competências e qualificações.	Identificar como os GIPs contribuem para a inserção profissional e integração comunitária dos imigrantes.
Sugestões e Expectativas	Serviços dos GIPs	- Sugestões de melhoria nos serviços; - Expectativas quanto ao papel dos GIPs no futuro; - Perspetivas sobre políticas de integração.	Recolher perceções sobre áreas de melhoria e estratégias para otimizar os serviços e políticas de integração.

1. Experiência no Processo de Integração

- De que país veio?
- Há quanto tempo está em Portugal?
- O que foi mais difícil para si quando chegou a Portugal?
- Como se sente em relação ao trabalho em Portugal? É fácil ou difícil arranjar emprego?

2. Perceção sobre os Serviços dos GIPs

- Como ficou a conhecer os serviços do GIP?
- Que tipo de ajuda recebeu no GIP? (Por exemplo: procurar emprego, aprender algo novo, preencher papéis)

- Acha que o GIP ajudou a sua vida? Porquê?
- Como foi o atendimento no GIP? As pessoas foram simpáticas? Explicaram tudo bem?

3. Relação com a Comunidade e o Mercado de Trabalho

- Acha que é fácil conviver com as pessoas em Portugal? Porquê?
- Sente que o GIP ajudou a sentir-se mais parte da comunidade?
- O GIP ajudou a aprender algo novo ou a melhorar aspetos para o trabalho?

4. Consequências e Sugestões

- O que gostava que o GIP fizesse mais para ajudar?
- Há algo nos serviços do GIP que acha que podia ser melhorado?
- Se pudesse mudar alguma coisa nos serviços para imigrantes em Portugal, o que seria?
- Como acha que o GIP poderia ajudar outras pessoas no futuro?

Apêndice 5 – Processo Manual de Codificação dos Dados

Fase do Processo	Descrição do Procedimento	Exemplo Ilustrativo
1. Preparação dos dados	Organização de todas as entrevistas transcritas e notas de campo em pastas temáticas (por data e por tipo de participante). Leitura flutuante para familiarização com o conteúdo.	Transcrições impressas, com lápis e marcadores para destacar ideias principais.
2. Identificação de unidades de significado	Leitura detalhada das entrevistas, sublinhando frases, expressões ou excertos que representassem ideias centrais relacionadas com a integração socioprofissional.	“Senti-me perdido quando cheguei, não conhecia ninguém” → destacado como potencial unidade.
3. Atribuição de códigos iniciais	Cada unidade de significado foi associada a um código descritivo, escrito à margem da transcrição ou em tabela manual.	Unidade: “Senti-me perdido quando cheguei” → Código: <i>Dificuldade inicial de integração</i> .
4. Organização e agrupamento dos códigos	Criação de tabelas em Word/Excel para registar os códigos, indicando a fonte (participante, data, etc.), permitindo comparar padrões entre entrevistas.	Código: <i>Apoio técnico no GIP</i> → Fonte: Utente A, Entrevista 2.

Apêndice 6 – Análise da Entrevista 1 – GIP Odivelas

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Experiência de Integração Profissional	Narrativas dos imigrantes	“Hoje em dia um imigrante vir para Portugal e ter um acompanhamento do Estado que não é pago para procurar emprego, ter este apoio gratuito [...]. Antigamente não existia nada disto [...] era cada um por si.”	A técnica sublinha o avanço significativo na resposta pública à imigração, valorizando o papel dos GIPs no apoio gratuito e institucionalizado.
	Satisfação com os serviços	“Existem estes gabinetes que ajudam, encaminham, apoiam.”	Expressa a perceção positiva dos utentes sobre os GIPs e a sua relevância no processo de integração.
	Perceção dos desafios e benefícios	“Sem documentos, sem língua, sem computador – como vão procurar trabalho?”	Sintetiza as principais barreiras à integração: burocráticas, linguísticas e digitais.
Serviços Prestados pelos GIPs Imigrante	Tipos de serviços prestados	“Fazemos sessões de procura de emprego, onde tentamos realizar encaminhamentos para emprego [...]. Recebemos ofertas e acabamos por registar toda a informação de ofertas de emprego e também de formação.”	Demonstra a amplitude dos serviços prestados, desde orientação profissional até registo e triagem de ofertas.
	Apoio na procura de emprego	“Enviamos CV para as empresas, que é sempre feito com CC do utente [...]. A empresa é que entra em contacto direto com o candidato.”	Enfatiza o envolvimento ativo do utente e a tentativa de promover autonomia.
	Formação profissional e competências	“Dar esta autonomia às pessoas porque se ultrapassarem esta barreira da informática, da abordagem [...] todos estes pontos serem trabalhados [...]”	Mostra o papel do GIP como espaço de aprendizagem informal e capacitação.

	Limites de atuação e propostas	“Não adianta estar a fazer colocações se a pessoa não fala bem o português, se não tem a postura correta [...] se vai à entrevista de chinelos [...]”	Aponta para a necessidade de uma preparação mais completa e formativa antes da inserção laboral.
Barreiras e Dificuldades	Obstáculos linguísticos e legais	“Temos de ter atenção se o imigrante fala a língua portuguesa [...] A própria entrevista acaba por ser uma barreira porque não existe a língua.”	A língua surge como uma barreira estruturante à empregabilidade.
	Reconhecimento de qualificações	“Licenciaturas que não têm validade cá em Portugal [...] Para ter uma equivalência é um processo muito caro e complexo.”	Denuncia a desvalorização das competências dos imigrantes e os entraves institucionais à sua validação.
	Desigualdade de género / monoparentalidade	“Maior parte [das mulheres] representa esta situação de [...] dos horários serem rotativos, não sendo possível colocar. [...] empresários [não compreendem].”	Identifica limitações específicas das mulheres imigrantes, sobretudo mães, no acesso ao emprego.
Oportunidades e Sucessos	Inserção profissional ajustada	“Médicos angolanos, guineenses [...] conseguimos colocar estas pessoas em concursos públicos, como o Hospital de Santa Maria, como assistente operacional, auxiliar de saúde.”	Apesar da sobrequalificação, há integração funcional em áreas próximas da formação.
	Boas práticas de articulação	“Tentamos criar parcerias com as empresas de Odivelas [...] para promovermos a economia local.”	Demonstra práticas eficazes de inserção laboral territorializada.
Tensões e Desafios Institucionais	Apoio técnico vs. procura de serviços sociais	“O primeiro impacto que têm e que as pessoas aproveitam é habitação. [...] As pessoas veem um gabinete da Câmara e pensam ‘ok, vou ali ver o que eu consigo’.”	Os GIPs são procurados como estruturas assistenciais, o que ultrapassa a sua função institucional.
	Falta de articulação interinstitucional	“Encaminhamos para a Loja do Cidadão ou para o CLAIM [...] articulamos muito com as Juntas de Freguesia, com a Ação Social da Câmara.”	Há articulação, mas depende da proatividade dos técnicos; faltam mecanismos de articulação formal entre serviços.

	Sobrecarga técnica / desprofissionalização	“Falta de tempo é o que nos afeta mais [...] entre atendimentos, fazer CVs, contactos com empresas, é um mundo.”	Aponta para uma sobrecarga funcional que compromete a qualidade da intervenção.
	Falta de autonomia dos utentes	“Pode ter aqui um telemóvel, mas, se calhar, nem sabe como ir ao e-mail ou enviar um e-mail. [...] estas pequenas coisas são ferramentas que nós [...] aproveitamos aqui esta parte pedagógica para implementar.”	Os técnicos assumem um papel pedagógico constante para suprir défices básicos, o que revela dependência prolongada dos utentes.
Microtemas Adicionais	Desinformação institucional	“As pessoas não sabem que existe este serviço gratuito, da Câmara. [...] Vêm cá por boca de outros.”	Indica falhas na comunicação institucional e ausência de divulgação eficaz dos GIPs.
	Tempo como obstáculo invisível	“O tempo é muito reduzido [...] tudo é feito à pressão.”	O tempo é um recurso escasso que limita o aprofundamento da intervenção social.
	Recorrência de atendimentos	“Há utentes que voltam [...] porque não conseguiram ficar no emprego.”	A reintegração profissional é instável, com ciclos de retorno e dificuldades de manutenção.
	Falta de reconhecimento institucional	“Há muitas coisas que fazemos que nem devíamos fazer. [...] Mas é preciso.”	Os técnicos assumem funções além do seu cargo formal, revelando improviso institucional e lacunas na definição de competências.
	Função pedagógica invisível	“Aproveitamos o momento do CV ou do e-mail para explicar coisas que não são só técnicas.”	Os técnicos exercem funções educativas implícitas no contacto com os utentes.

Apêndice 7 – Análise da Entrevista 2 – GIP Setúbal

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Experiência de Integração Profissional	Perfil dos utentes imigrantes	“Normalmente, são mais pessoas com a escolaridade mais baixa. [...] Mesmo que tenham algum nível de escolaridade, há sempre dificuldade com o computador.”	Reflete um perfil com fracas competências digitais e educativas. Reforça a vulnerabilidade estrutural no acesso ao emprego.
	Desafios da integração	“A própria AIMA é uma entidade que, por questões burocráticas, não deixa o imigrante avançar. [...] há muitos atrasos na emissão de título de residência.”	A AIMA é vista como entrave à integração, com atrasos que bloqueiam acesso a direitos e serviços fundamentais.
	Instabilidade laboral	“Estão sempre a entrar para os trabalhos e a sair, então estão constantemente à procura de emprego.”	Descreve um ciclo de empregabilidade instável, sem continuidade nem segurança, típico da precariedade estrutural.
Serviços Prestados pelos GIPs Imigrante	Funções do GIP	“O objetivo do GIP é o emprego, mas nós ajudamos em questões de emprego e de legalização.”	O GIP assume funções para além do seu mandato formal, atuando como apoio burocrático e legal.
	Encaminhamento e parcerias	“Encaminhamos as pessoas para o CLAIM, por exemplo. Tudo aquilo que não conseguimos resolver encaminhamos para a entidade certa.”	Demonstra articulação informal com outras entidades, numa lógica pragmática e resolutiva.
	Articulação com IEFP e outros	“O IEFP é a entidade mãe, sob a qual o GIP nasceu. [...] Temos um protocolo com o IEFP, também temos com o ACM, que agora é AIMA.”	Aponta para vínculos institucionais formais, embora sem menção a articulação direta ou acompanhamento coordenado.
Barreiras e Dificuldades	Burocracia e legalização	“Quem não deixa mesmo avançar é a AIMA porque acaba por empatar todos os outros serviços.”	A morosidade legal é vista como causa principal da exclusão e paralisação de todo o processo de integração.

	Exploração e precariedade	“Estão a chegar muitos imigrantes e o que isto causa? Exploração, mão de obra barata, etc.”	Associa o aumento da imigração à intensificação da exploração laboral, sem mecanismos eficazes de regulação.
	Falta de autonomia dos utentes	“São pessoas também que têm dificuldade com a parte digital, que não percebem muito do mundo informático.”	Falta de literacia digital impede autonomia e requer apoio constante dos técnicos.
Oportunidades e Sucessos	Medidas facilitadoras	“O que está a ajudar é a autorização de residência CPLP porque é o documento mais rápido.”	Medida política recente é reconhecida como facilitadora do processo legal, embora limitada no impacto estrutural.
	Apoio da comunidade	“Temos um protocolo com [...] a Igreja aqui da zona.”	Mostra apoio de entidades locais, mas depende de parcerias pontuais e recursos externos.
Tensões e Desafios Institucionais	Expansão informal do papel do GIP	“O GIP vai muito mais além da razão da sua existência.”	Admite-se que o GIP assume responsabilidades extraoficiais, revelando a fragilidade da resposta intersetorial.
	Desresponsabilização institucional	“A pessoa tem de ter muita paciência até conseguir estar integrada.”	O ónus da integração é colocado no indivíduo, normalizando a espera e a lentidão do sistema.
	Precariedade como norma	“Seja a mão de obra nacional ou imigrante, quando as empresas querem pedem e contratam, quando já não precisam descartam as pessoas.”	Crítica à lógica empresarial baseada em descartabilidade, que perpetua a instabilidade profissional.
Microtemas Complementares	Desconfiança no sistema	“A própria AIMA é uma entidade que, por questões burocráticas, não deixa o imigrante avançar.”	Demonstra falta de fé na eficácia institucional e sensação de impotência face à burocracia.
	Visão limitadora sobre competências	“Mesmo que tenham algum nível de escolaridade, há sempre dificuldade com o computador.”	Generaliza a perceção sobre os utentes, podendo reforçar estereótipos institucionais sobre imigrantes.

	Ausência de formação para técnicos	[implícito na ausência de qualquer menção a formação recebida ou desejada]	Sugere lacuna institucional: os técnicos operam sem suporte formativo contínuo, em regimes reativos e informais.
	Ambiguidade do papel do Estado	“O que acontece é que não há Estado suficiente para isso tudo.”	Transmite a perceção de um Estado ausente ou desorganizado, sem capacidade de resposta às exigências reais.
	Normalização do esforço individual	“A pessoa tem de ter muita paciência até conseguir estar integrada.”	Naturaliza a responsabilização individual pela integração, desvalorizando a exigência de respostas públicas estruturadas.

Apêndice 8 – Análise da Entrevista 3 – GIP Caxias

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Experiência de Integração Profissional	Perfil e origem dos utentes	“Adultos em idade ativa, maioritariamente entre os 25 e os 50 anos, com ligeira predominância de mulheres [...] cidadãos do Brasil, dos PALOP, sul da Ásia [...] com percursos muito variados.”	A diversidade dos perfis exige uma intervenção personalizada, adaptada à origem, género e contexto prévio dos utentes.
	Barreiras documentais e legais	“Sem a documentação regularizada, não são aceites. [...] A documentação é um entrave muito grande ainda.”	A situação documental é o maior obstáculo à integração, afetando acesso a emprego, formação e apoio público.
	Reconhecimento de qualificações	“Chegam a Portugal e não têm escolaridade nenhuma reconhecida. [...] É um processo longo, burocrático e pouco transparente.”	A falta de equivalência educativa desvaloriza competências, gerando frustração e exclusão.
	Barreiras linguísticas e culturais	“A comunicação quando não dominam o português. [...] Nem sempre sabem inglês, nem sempre dominam.”	A dificuldade linguística limita o acompanhamento técnico e prejudica o acesso a direitos básicos e emprego.
Serviços Prestados pelos GIPs Imigrante	Ações de apoio profissional	“Apoio na elaboração de currículos, cartas de motivação, preparação para entrevistas de emprego, encaminhamento para formações.”	Atuação técnica diversificada, que procura promover a empregabilidade através da capacitação.
	Encaminhamento e parcerias	“Encaminhamos os utentes para os serviços e entidades competentes. [...] Tentamos manter contacto com os parceiros para acompanhar os casos mais sensíveis.”	Demonstra tentativa de articulação interinstitucional, ainda que pontual e não sistematizada.
	Formação profissional	“Quando a formação acontece mesmo e a pessoa consegue participar, o feedback costuma ser muito positivo. [...] Mas o acesso ainda tem muitos obstáculos.”	A formação é eficaz, mas o acesso está limitado por vagas, burocracia e exclusão digital.

	Sessões informativas e trabalho pedagógico	“Organizar sessões de informação focadas em temas que são especialmente relevantes para os imigrantes [...] adaptamos linguagem e conteúdos.”	A componente pedagógica é ajustada às necessidades dos imigrantes, com recurso a metodologias inclusivas.
Barreiras e Dificuldades	Falta de seguimento dos casos	“Encaminhamos, ajudamos no que conseguimos, mas depois a pessoa sai daqui e já não conseguimos saber se foi ao serviço.”	Ausência de sistema de seguimento contínuo dificulta a avaliação do impacto e continuidade do apoio.
	Falta de articulação entre serviços	“Não há pessoas nem tempo suficiente [...]. Parece que ninguém tem sensibilidade para pensar nisso.”	Denuncia a fragmentação e a falta de visão sistémica na articulação interserviços.
	Sobreposição de funções	“Atendemos toda a população, mas damos atenção especial às necessidades específicas dos imigrantes.”	Revela acumulação de funções sem reforço técnico adequado, gerando sobrecarga institucional.
Oportunidades e Sucessos	Casos de sucesso e motivação	“Nota-se aquela força de vontade, sabe? [...] Quando conseguimos criar um plano ajustado à realidade da pessoa, as coisas avançam.”	A motivação individual e o planeamento ajustado são fatores-chave para trajetórias bem-sucedidas.
	Práticas adaptadas à realidade	“Temos tentado ser mais flexíveis nos horários [...] usar WhatsApp quando percebemos que é mais fácil.”	Demonstra adaptação do GIP à realidade concreta dos utentes, com soluções práticas e inclusivas.
Tensões e Desafios Institucionais	Responsabilidade pela falha	“Diria que a responsabilidade está dividida, embora em graus diferentes. [...] Mas a maior fatia está nas políticas públicas.”	Aponta para falhas de base na política social, mais do que na execução local.
	Fragmentação das políticas	“Cada um trata de uma parte e, no fim, ninguém acompanha o todo.”	Descreve com clareza a falta de coordenação entre os diferentes setores da resposta pública.
	Falta de formação técnica	“Falta alguma formação mais específica para trabalhar com imigrantes. [...] legislação de imigração, mediação intercultural, gestão de conflitos.”	A ausência de formação específica limita a eficácia dos técnicos e reflete desvalorização da sua função.

Propostas de Melhoria	Recursos humanos e tempo	“Somos poucos para tantos atendimentos e casos complexos. [...] Limita o tempo e a qualidade do apoio.”	Reforço da equipa é identificado como condição mínima para qualidade na intervenção.
	Sistemas de acompanhamento	“Era bom termos uma forma de seguir melhor os casos.”	Sugere necessidade de mecanismo de acompanhamento integrado e interinstitucional.
	Formação contínua	“Dava mesmo jeito haver mais formação sobre temas como a legislação de imigração, mediação intercultural.”	Sugestão concreta de capacitação contínua, em áreas estruturantes para o trabalho com imigrantes.
	Reconhecimento e simplificação	“Simplificar os processos de acesso à formação e ao reconhecimento de qualificações.”	Aponta para dois bloqueios fundamentais à integração profissional.
Microtemas Implícitos	Autoformação e improviso técnico	“A maior parte das coisas aprendemos no dia a dia, com a prática, com os casos.”	O técnico revela que o saber é empírico, fruto da prática, sem suporte institucional.
	Pressão da produtividade	“Temos de fazer muito em pouco tempo e com poucos recursos.”	A lógica de volume prejudica o acompanhamento individualizado e o trabalho profundo.
	Fadiga institucional e frustração	“Há dias em que sentimos que não fizemos quase nada, mesmo tendo atendido imensa gente.”	Revela cansaço, desmotivação e sensação de ineficácia, indícios de desgaste profissional.
	Falta de acompanhamento e feedback institucional	[não há qualquer referência ao IEF, supervisão ou avaliação externa]	O silêncio institucional revela possível isolamento funcional e ausência de apoio vertical.
	Relação emocional com os casos	“Alguns casos mexem connosco... é difícil desligar.”	Envolvimento afetivo não acompanhado de suporte emocional pode aumentar o risco de burnout.

Apêndice 9 – Análise da Entrevista 4 – Utente A

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Percurso migratório e chegada	Tempo em Portugal e primeiras impressões	“Vim de lá há 4 anos, mas ainda me sinto como quem chegou ontem, sabe?”	Sensação de “não pertença” persistente, mesmo após anos no país. Integração subjetiva ainda incompleta.
	Barreiras iniciais	“A língua, sem dúvida. [...] dificultou muito a minha adaptação.”	A língua surge como primeira e mais forte barreira, com impacto emocional e funcional.
Inserção no mercado de trabalho	Dificuldade em manter emprego	“Eu até consegui algum emprego, mas não consigo manter por muito tempo.”	Ciclo de entrada e saída de trabalhos precários, sem estabilidade. Reflete segmentação ocupacional.
	Experiência de discriminação/pressão	“Eles explicaram muito rápido e eu não conseguia acompanhar. [...] O chefe já estava impaciente.”	Falta de apoio no local de trabalho, impaciência dos empregadores com barreiras linguísticas.
	Comunicação e confiança	“Fico muito nervosa por não me expressar bem e isso às vezes cria barreiras.”	Insegurança linguística afeta autoestima e impede integração plena.
Contacto com o GIP Imigrante	Como conheceu o GIP	“Foi através de um amigo, ele me falou sobre o GIP.”	Acesso informal ao serviço, via redes sociais informais. Ausência de divulgação institucional ativa.
	Tipos de apoio recebido	“Ajudaram-me bastante com o meu currículo [...] entrevistas [...] legalizar, a residência, o passaporte [...]”	O GIP presta apoio em múltiplas dimensões (emprego, documentação, competências sociais), indo além da sua missão formal.
	Perceção sobre o serviço	“As pessoas foram muito simpáticas e pacientes. [...] estavam mesmo preocupados em me ajudar.”	A utente reconhece empatia e disponibilidade dos técnicos, valorizando o apoio humano mais do que o técnico.

Barreiras persistentes	Persistência da língua como obstáculo	“Apesar de todo esse apoio, a língua ainda continua a ser uma barreira para mim.”	A limitação linguística mantém-se como principal entrave, mesmo com apoio institucional.
	Falta de literacia digital	“Indicaram-me sites para isso, só que eu não sei mexer nem tenho internet.”	Desigualdade digital limita o aproveitamento das oportunidades indicadas pelos técnicos.
Experiência com outros serviços públicos	CLAIM e outros	“Fui lá, eles tentaram explicar, mas fiquei com muitas dúvidas ainda.”	Perceção de falta de clareza e acessibilidade nos serviços públicos especializados.
	Falta de articulação entre serviços	“O GIP até me deu um caminho, mas falta algo mais específico e prático.”	Constata lacuna na articulação entre GIP e outros serviços de apoio, como o CLAIM.
Papel da comunidade migrante	Apoio da rede cabo-verdiana	“Sim, há muita gente de Cabo Verde aqui. [...] Mas, ao mesmo tempo, cada um está na sua vida.”	A comunidade fornece apoio inicial, mas não supre as necessidades estruturais nem assegura continuidade.
Integração social e cultural	Relação com portugueses	“As pessoas são educadas, mas [...] faltava uma abertura.”	Relata distância cultural e emocional, especialmente no contexto laboral.
	Medo de errar	“Tenho medo de falar ou de não me entenderem bem. Então, acabo por ficar mais calada.”	A insegurança linguística bloqueia a socialização, reforçando o isolamento.
Avaliação e sugestões para os serviços	Sugestões para o GIP	“Seria bom ter mais acompanhamento contínuo [...] talvez mais encontros para saber como estamos.”	A utente sugere acompanhamento pós-atendimento como forma de evitar abandono e reforçar confiança.
	Formação linguística prática	“Cursos mais práticos ou até conversas para praticar o português.”	Identifica lacuna importante: necessidade de programas práticos de reforço linguístico com aplicação real.
	Propostas mais estruturais	“Devia ter mais apoio logo quando a gente chega. [...] Devia ser mais fácil encontrar informação.”	Propõe maior acolhimento inicial, com simplificação da linguagem e centralização da informação útil.

Microtemas adicionais implícitos	Cuidado emocional e simbólico no atendimento	“Senti que estavam mesmo preocupados em me ajudar.”	A relação empática com os técnicos é valorizada acima do apoio técnico – revela a importância do vínculo afetivo na intervenção.
	Responsabilização individualizada	“No fim, cada um tem que se virar sozinho.”	Demonstra percepção de abandono sistémico e de individualização do esforço de integração.
	Ausência de continuidade nos apoios	“Depois a pessoa sai daqui e já não conseguimos saber se foi ao serviço.” (ecoado dos técnicos anteriores)	Embora dito por técnicos em outras entrevistas, este padrão de descontinuidade também emerge nas vivências do utente.
	Impacto da maternidade no esforço de integração	“Quero dar uma vida melhor para mim e para a minha filha.”	Reflete motivação pessoal, mas também carga adicional não partilhada pelo sistema de integração.
	Falta de literacia administrativa	“Nem sempre os serviços explicam bem as coisas e há muitos papéis que nem sabemos que precisamos de tratar.”	Aponta para exclusão burocrática que dificulta o acesso aos direitos mais básicos no início da migração.

Apêndice 10 – Análise da Entrevista 5 – Utente B

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Percursos migratório e chegada	Contexto de origem e chegada	“Vim cá em 2023, acho que foi em outubro. Vim sozinho, sim. Deixei a minha família na Guiné para tentar procurar uma vida melhor.”	A migração surge como estratégia de sobrevivência económica, com destaque para o impacto emocional da separação familiar.
	Primeiros apoios	“Fui para casa da minha família. Uns primos que já cá estavam [...] No início foi importante... sem isso não sei como fazia.”	A rede familiar desempenha papel essencial no acolhimento inicial, funcionando como apoio material e emocional.
	Barreiras iniciais	“Tudo era novo. [...] a língua é diferente. [...] fico assim a pensar no que é que me estão a dizer.”	A barreira linguística, apesar da língua comum, gera insegurança, exclusão e impacto emocional direto.
Situação legal e impacto transversal	Processo de legalização	“Fiz a manifestação de interesse [...] Isso foi no ano passado, em 2024. [...] Nunca mais fui chamado.”	A espera prolongada pela regularização gera frustração, angústia e limbo jurídico-administrativo.
	Impacto da documentação no dia a dia	“Sem esse documento ninguém me dá contrato. [...] Mesmo quando vou ao médico [...] perguntam se tenho número de utente, e eu tenho, mas é provisório.”	A irregularidade documental afeta todas as dimensões da vida: trabalho, saúde, habitação, segurança.
	Confusão e desinformação	“Cada pessoa diz uma coisa diferente [...] Nunca há uma pessoa que me diga o que eu preciso de fazer.”	A experiência é marcada pela descoordenação institucional e comunicação ineficaz entre serviços.
Condições de trabalho e vida	Tipo de trabalho atual	“Numa pastelaria [...] Entro às dez da noite e saio por volta das seis, seis e meia da manhã.”	Trabalho noturno, fisicamente exigente e sem contrato. Expressa inserção precária e desgastante.

	Efeitos na saúde	“Parece que nunca descanso bem. [...] A disposição, a saúde.”	O horário de trabalho e as más condições de habitação comprometem gravemente o bem-estar físico e psicológico.
	Isolamento social	“Fico meio fora do mundo. Vivo, mas não estou bem presente.”	O estilo de vida imposto pela precariedade conduz ao isolamento e à invisibilidade social.
Relação com o GIP Imigrante	Primeiro contacto	“Pensei que iam mandar-me embora por não ter documentos [...] Mas não. Foram muito simpáticos.”	A expectativa de exclusão é quebrada por uma resposta acolhedora e respeitosa por parte do GIP.
	Tipos de apoio recebido	“Currículo, procurar trabalho, explicaram o que é o NISS, como fazer agendamentos [...] até escreveram uma carta comigo.”	O GIP oferece apoio multidimensional: técnico, administrativo e emocional. Supera a função formal de inserção laboral.
	Valorização do atendimento	“Trataram-me por senhor, explicaram tudo devagar, escreveram num papel [...] Quando não entendi, voltaram a explicar.”	O atendimento digno, paciente e respeitoso é percebido como determinante para o bem-estar e confiança do utente.
Barreiras persistentes e discriminação	Racismo e xenofobia	“Já levei com comentários por eu ser preto [...] no trabalho também já aconteceu.”	A experiência de racismo quotidiano reforça a exclusão social, agravando o sentimento de insegurança e silêncio.
	Estratégias de resistência	“Nós engolimos muita coisa. [...] a pessoa tem de ter cabeça fria e coração forte.”	O utente revela autocontrolo emocional e estratégias de sobrevivência psicológica face à discriminação.
	Barreira linguística	“Eles olhavam para mim, ouviam-me a falar e diziam logo que não ia dar.”	A linguagem atua como filtro de exclusão no acesso ao trabalho, mais relevante que a motivação ou competência técnica.
Integração e bem-estar emocional	Identidade e dignidade	“Parece sempre que os papéis que me faltam me definem como pessoa. Mas eu sou mais que isso.”	Declaração poderosa de identidade e resistência à desumanização associada à condição irregular.

	Efeitos da exclusão	“A cabeça nunca descansa. [...] estar sempre com medo.”	A insegurança permanente afeta a saúde mental, alimentando ansiedade e vulnerabilidade constante.
Avaliação dos serviços e sugestões	Limites do GIP	“Eles precisam que a pessoa tenha tudo certinho para poder encaminhar para ofertas de emprego.”	Reconhece os limites legais do GIP, mas compreende o seu enquadramento institucional.
	Sugestões práticas	“Mais ligação com empresas [...] ter alguém que fale crioulo ou francês.”	O utente propõe medidas viáveis para inclusão real: mediação linguística e redes laborais acessíveis.
	Acesso à informação	“Às vezes a ajuda existe, só que ninguém sabe.”	A falta de divulgação reduz o alcance de serviços úteis como o GIP.
	Tempo da legalização	“Esperar anos por um papel é desumano. [...] Devia ser mais rápido e menos burocrático.”	Denúncia direta do sofrimento gerado pela morosidade do processo de regularização.
	Apoio psicológico	“Mais apoio psicológico também [...] há muito sofrimento escondido.”	Apelo explícito à integração do suporte emocional no atendimento a imigrantes.
Microtemas Implícitos (complementares)	Confiança no técnico como figura de referência	“A senhora lá explicou-me tudo. [...] Disseram-me o que escrever.”	O técnico é visto como “âncora” num mar de confusão burocrática, reforçando o papel relacional do GIP.
	Ausência de tempo e espaço para vida social	“Trabalho à noite [...] não tenho muito tempo para estar com ninguém.”	O trabalho precário e noturno elimina oportunidades de convívio e integração social.
	Substituição institucional pela rede informal	“Agora, em relação a arranjar trabalho... isso tem sido mais por fora.”	A informalidade continua a ser o principal canal de acesso ao emprego entre imigrantes não regularizados.
	Capacidade de reflexão crítica e autovalorização	“Eu sei que tenho capacidade de fazer o trabalho. [...] só não tenho a língua toda no sangue.”	Apesar dos obstáculos, o utente revela autoeficácia e consciência crítica das estruturas de exclusão.

Apêndice 11 – Análise da Entrevista 6 – Utente C

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Percursos migratório e chegada	Motivo da migração	“Foi por causa da guerra. [...] A guerra tirou-nos a nossa segurança e o futuro era incerto.”	A migração é forçada, por contexto de conflito armado, marcada por trauma e perda abrupta de estabilidade.
	Trajetória migratória	“Saí de autocarro até à Polónia. Depois consegui vir para Portugal porque uma amiga da minha mãe conhecia uma senhora cá.”	A vinda para Portugal foi mediada por redes informais e urgência, sem planeamento.
	Separação familiar	“Tenho saudades de casa, dos meus pais. E sinto culpa por os ter deixado lá.”	A entrevistada manifesta sofrimento emocional ligado à separação familiar e à culpa associada à sobrevivência.
Experiência emocional e trauma	Sintomas pós-traumáticos	“Às vezes acordo durante a noite por causa de um barulho... fico logo em alerta.”	Indícios de stress pós-traumático, com hipervigilância e memória sensorial ativa.
	Ausência de apoio psicológico	“Tive muitos ataques de ansiedade. [...] No início não sabia a quem recorrer.”	Confirma a falta de resposta institucional para acolher e tratar os efeitos psicoemocionais da guerra.
	Proposta de melhoria	“Devia haver mais serviços para ajudar quem passou por isso, especialmente para aqueles que não sabem como pedir ajuda.”	A entrevistada reconhece que o trauma é coletivo e propõe apoio especializado acessível e humanizado.
Formação e qualificações	Formação académica e experiência	“Eu sou formada em engenharia civil, na Ucrânia. [...] Trabalhei lá em projetos de construção.”	A entrevistada tem qualificação e experiência profissional relevantes e específicas.
	Falta de reconhecimento	“Tentei apresentar os meus diplomas [...], mas aqui não têm valor.”	A desvalorização das qualificações estrangeiras gera frustração, invisibilidade profissional e regressão social.

	Barreiras burocráticas	“Não consegui fazer [a validação] por causa da burocracia e do tempo que demora.”	Os entraves legais e administrativos bloqueiam o acesso à progressão profissional.
Barreiras à integração socioprofissional	Língua portuguesa	“A língua é um bloqueio muito grande para mim. [...] parece que mesmo com outras competências, o simples facto de não falar fluentemente me impede de ir mais longe.”	A barreira linguística emerge como o principal fator de exclusão — funcional, emocional e profissional.
	Injustiça percecionada	“Sinto que estamos sempre a ser avaliados pela nossa capacidade de falar a língua, como se fosse uma medida da nossa competência.”	A entrevistada denuncia a forma como o domínio linguístico é usado como critério de exclusão injusta.
	Fracasso na reorientação profissional	“Sou empurrada para outras áreas, como limpezas ou armazéns. [...] Não que esses trabalhos sejam maus, mas eu sei que posso dar mais.”	O rebaixamento profissional leva à perda de identidade ocupacional e desmotivação.
Relação com o GIP Imigrante	Descoberta e acesso	“Foi através de uma senhora de uma associação... acho que da Cruz Vermelha.”	Acesso ao GIP deu-se por encaminhamento informal, sem conhecimento prévio da sua existência.
	Apoios recebidos	“Ajudaram-me a fazer o currículo [...] deram dicas sobre como me registar na Segurança Social [...] mas não pude contar com o GIP para tudo.”	O GIP fornece apoio técnico limitado, mas é insuficiente frente às múltiplas necessidades da utente.
	Limitações percecionadas	“É bom ter apoio para trabalho e formação, mas há outras necessidades básicas que ficam de fora.”	A entrevistada reconhece o papel útil do GIP, mas denuncia a fragmentação dos serviços e ausência de resposta integrada.
	Falta de continuidade	“Disseram que, quando me sentir mais preparada, podem ajudar mais.”	Apoio condicional e reativo, dependente da progressão do utente, sem acompanhamento ativo.

Experiência de procura de trabalho	Rejeições sucessivas	“Mesmo que tenha experiência ou outras competências, o simples facto de não dominar a língua me coloca de lado.”	A falta de domínio do português leva à exclusão de processos de seleção e aumento do isolamento.
	Desmotivação e ciclo de fracasso	“Cada dia que passa sem uma resposta, sem uma oportunidade, faz-me sentir cada vez mais para trás.”	A frustração com a procura gera desânimo e desgaste emocional contínuo.
	Estratégias de sobrevivência	“Concorrer a empregos em áreas que não têm nada a ver com o que sei fazer, por exemplo em restaurantes, limpeza, armazéns.”	Adaptação forçada às exigências económicas, em detrimento da identidade profissional e realização pessoal.
Integração social e quotidiano	Relação com pares	“Vivo com outras mulheres da Ucrânia, numa casa partilhada e isso ajuda.”	A convivência com compatriotas reduz o isolamento inicial, mas não promove plena integração na sociedade.
	Rotina e invisibilidade	“Curso de português, ir às compras, descansar... infelizmente ainda não trabalho.”	O quotidiano está marcado por passividade forçada e ausência de reconhecimento social.
	Sentido de suspensão	“Ainda me sinto como se estivesse em pausa, à espera de alguma coisa.”	A entrevistada descreve a sua vida como interrompida — sem rumo, sem projeção de futuro.
Propostas expectativas	Cursos de português	“O GIP podia oferecer cursos de português.”	A entrevistada sugere reforço da capacitação linguística como base da integração.
	Reconhecimento de diplomas	“O meu trabalho, as minhas capacidades, parecem não ter valor.”	A ausência de reconhecimento institucional das qualificações é apontada como um dos maiores bloqueios.
	Integração estruturada	“Com um sistema mais eficiente para validar os estudos e competências, facilitava muito a adaptação.”	Sugere medidas estruturais de política pública como chave para integração justa e rápida.

Apêndice 12 – Análise da Entrevista 7 – Utente D

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa
Percurso migratório chegada	Origem e motivação	“Sou do Nepal, mas estive a viver no Bangladesh [...] no meu país, a situação económica não era muito boa [...] vim com a esperança de melhorar a minha vida.”	A migração surge por necessidade económica, com esperança de melhoria, marcada por mobilidade regional antes da chegada a Portugal.
	Percurso migratório silencioso	“Há coisas que eu não posso contar sobre a forma como vim até Portugal.”	Indício de migração irregular ou traumática. A omissão revela medo, vulnerabilidade ou possível risco vivido. Um microtema implícito de migração sob tensão.
	Emoções ao chegar	“Hoje sinto-me um pouco mais seguro, mais esperançoso.”	Demonstra alívio parcial e reconstrução de segurança, mas ainda numa fase inicial de integração emocional.
Língua, cultura e exclusão simbólica	Comunicação limitada	“Eu não consigo falar português [...] tínhamos que falar por gestos.”	A ausência de domínio linguístico compromete a autonomia e amplifica o isolamento.
	Autoformação linguística	“Comecei a aprender sozinho, com aplicações.”	Demonstra iniciativa individual frente à ausência de apoio formal. Aponta carência de políticas estruturadas de ensino da língua.
	Exclusão cultural e julgamento	“Falo sempre com algum receio de ser julgado.”	O medo do julgamento social leva à retração e silêncio, fragilizando a autoestima e dificultando a socialização.
	Autoimagem condicionada	“Nunca posso ser eu na totalidade.”	Expressa fragmentação da identidade e autovigilância constante, afetando o sentimento de pertença.

Condições de trabalho e exploração	Trabalho informal	“Trabalhávamos muitas horas [...] com sol, com frio, com chuva. [...] Não tínhamos seguro.”	A descrição mostra um modelo de trabalho exploratório em plataformas digitais, sem proteção social.
	Acidentes e invisibilidade	“Caía na estrada [...] ninguém queria saber.”	Expõe desumanização do trabalhador imigrante: invisível perante a dor e desprotegido.
	Discriminação laboral	“Alguns restaurantes olhavam de lado para mim [...] falavam mal comigo sem sequer me conhecer.”	Relato direto de xenofobia no contexto de trabalho, acentuando a exclusão interseccional por cor, língua e origem.
Rede de suporte e solidão	Habitação precária e isolada	“Vivi num quarto partilhado com outros imigrantes, mas não conhecia ninguém.”	A vida coletiva sem laços reais aprofunda a solidão social.
	Apoio entre pares no trabalho	“Conheci alguns imigrantes que também eram estafetas.”	A única rede informal surge no espaço laboral precário, perpetuando vulnerabilidade coletiva.
	Solidão persistente	“Sinto-me muito sozinho.”	Afirmção direta da ausência de rede afetiva. Esta solidão prolongada é fator de risco psicológico severo.
Relação com o GIP Imigrante	Apoio documental	“Ajudaram-me com o processo de ficar legal, a entender o sistema de segurança social [...] NIF.”	O GIP é reconhecido como eficaz no plano técnico-administrativo.
	Limites do GIP na mudança estrutural	“A minha situação no trabalho não muda muito, mesmo com o apoio que recebo.”	Reconhece que a legalização não tem efeito direto sobre a precariedade. O apoio institucional é parcial.
	Falta de foco na dimensão humana	“A integração cultural e social é igualmente importante.”	Denúncia de que os serviços não contemplam aspetos simbólicos e relacionais da integração.
	Importância da escuta ativa	“Obrigado pela oportunidade de falar sobre isto.”	A entrevista é sentida como ato de cuidado. A escuta é vivida como momento raro de validação pessoal.

Discriminação e estigma	Racismo estrutural	“Tenho uma cor diferente, falo de forma diferente. [...] Tenho essa ideia, mas posso estar errado.”	O utente questiona a discriminação que sente, mas revela internalização do estigma e dúvida sobre a legitimidade da sua dor.
	Exclusão social no espaço público	“Sinto que se desviam de mim no metro [...] ninguém se senta ao meu lado.”	Discriminação subtil mas contínua, que mina a autoestima e reforça o sentimento de não pertença.
Saúde mental e bem-estar emocional	Cansaço invisível	“Caía na estrada [...] ninguém queria saber.”	A exposição constante ao risco, sem rede protetora, afeta o equilíbrio emocional.
	Falta de apoio psicológico	“Seria útil haver programas de apoio psicológico ou social.”	Proposta clara para suprir uma lacuna dos serviços: suporte à saúde mental.
	Autoproteção emocional	“Tenho de ter cabeça fria.”	A sobrevivência exige contenção emocional constante. Estratégia defensiva que pode gerar esgotamento.
Futuro e integração	Objetivos pessoais	“Melhorar o português, encontrar trabalho fora da restauração [...] ajudar a minha família.”	A visão de futuro está ligada à mobilidade profissional e ao dever familiar. Integração passa por autonomia e segurança.
	Desejo de pertença	“Quero também sentir que faço parte da sociedade portuguesa.”	Integração é entendida como direito ao reconhecimento e inclusão simbólica.

Apêndice 13 – Análise da Entrevista 8 – Utente E

Dimensão / Tema	Indicador / Subtema	Excerto Literal da Entrevista	Análise Interpretativa (Inclui Microtemas)
Percurso migratório e adaptação inicial	Tempo em Portugal	“Vim do Brasil há uns... talvez há uns dez anos.”	Integração a longo prazo, com perceção clara da evolução no processo migratório.
	Dificuldades iniciais	“No Brasil, já sabia onde ir para resolver os documentos [...] aqui tudo era novo.”	Sensação de desorientação administrativa, comum entre imigrantes recém-chegados.
	Habitação	“A procura por casa também foi muito difícil [...] pediam fiador ou rendas adiantadas.”	Acesso à habitação é desigual e funciona como barreira estrutural à estabilidade inicial.
Inserção no mercado de trabalho	Desvalorização de experiência	“Mesmo quando já temos anos de experiência no nosso país [...] temos de começar do zero.”	O não reconhecimento das competências anteriores conduz a frustração e perda de identidade profissional.
	Barreiras relacionais	“Sem contactos certos ou algum tipo de recomendação, é muito difícil conseguir uma oportunidade.”	Fica patente a importância das redes sociais (capital relacional) na empregabilidade.
	Invisibilidade	“Já enviei imensos currículos e, na maioria das vezes, nem recebo resposta.”	Falta de feedback institucional reforça sentimento de exclusão e impotência.
Relação com o GIP Imigrante	Acesso	“Soube do GIP através do centro de emprego [...] e também por uma amiga.”	O acesso ao GIP combina mediação formal (institucional) e informal (redes pessoais).
	Tipo de apoio	“Ajudaram-me com o currículo, explicaram como procurar emprego [...] deram dicas sobre entrevistas.”	Intervenção centrada na empregabilidade inicial — preparação para o mercado de trabalho.
	Acolhimento e vínculo emocional	“As pessoas foram muito simpáticas [...] explicaram tudo de forma muito clara.”	A empatia no atendimento é vivida como decisiva para a confiança e motivação da utente.

	Falta de continuidade	“Depois disso, não houve muito acompanhamento. Se eu quiser mais ajuda, tenho de ser eu a voltar lá.”	Falta de seguimento institucional estruturado. A responsabilidade pela continuidade é transferida para o utente.
	Propostas	“Mais sessões de acompanhamento [...] mais oportunidades para partilhar e arranjar contactos.”	Sugestão de reforço do apoio longitudinal e da criação de espaços de interação e networking.
Integração sociocultural	Relação com portugueses	“Os portugueses, no geral, são simpáticos [...] mas senti que eram um pouco reservados.”	Perceção de acolhimento superficial — barreira cultural relacional.
	Participação ativa	“Comecei a perceber que ter uma mentalidade mais aberta e proativa também ajudou muito.”	A utente responsabiliza-se parcialmente pelo sucesso da integração — microtema: interiorização da lógica do esforço individual.
	Integração informal	“Fui me sentindo mais parte da comunidade à medida que me envolvia mais.”	Integração é gradual e centrada em relações espontâneas, não mediadas por políticas públicas.
	Limites do GIP na integração comunitária	“O GIP foi útil na parte profissional [...] mas criar laços foi um processo que aconteceu mais naturalmente, fora desse tipo de apoio.”	O serviço é visto como tecnicamente eficaz mas socialmente limitado.
Outros serviços e redes	Apoios complementares	“Algumas associações de apoio a imigrantes oferecem cursos de língua portuguesa [...] fizeram uma grande diferença.”	A sociedade civil preenche lacunas deixadas pelos serviços públicos — destaca-se o papel das ONG na capacitação.
	Envolvimento em grupos	“Participei em eventos comunitários e grupos de apoio.”	Participação ativa facilita pertença e suporte emocional entre pares.
	Propostas políticas	“Poderia haver mais iniciativas viradas para a integração social [...] às vezes parece que estamos em bolhas.”	Sugere necessidade de políticas estruturadas de contacto intercultural e convivência cidadã.

Discriminação e percepção social	Variedade de experiências	“Os portugueses são recetivos [...] mas depende de onde estamos e com quem nos cruzamos.”	Reconhece a existência de contextos mais e menos acolhedores — integração não é homogénea.
	Microagressões	“Há sempre alguns olhares ou comentários menos positivos.”	Aponta discriminação subtil — normalizada — sem criar conflito aberto.
	Reflexão crítica	“Às vezes, a resistência pode ser mais por parte de quem chega.”	Reconhece o papel do imigrante no processo de integração — posicionamento reflexivo e conciliador.

Apêndice 14 – Análise Geral das Entrevistas

Dimensão	Indicadores	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8
1. Perfil e contexto	Origem / tempo em Portugal / motivação migratória	Profissionais com contacto maioritário com imigrantes de PALOP, Brasil e Ásia	Idem, com destaque para situações de irregularidade	População diversificada ; maioria adulta ativa	Cabo-verdiana; 4 anos em Portugal; dificuldades linguísticas	Guineense; chegou em 2023; vive sozinho	Ucraniana; refugiada de guerra; altamente qualificada	Nepalesa; migração difícil; situação de exclusão	Brasileira; 10 anos em Portugal; migração planeada
2. Situação legal e documental	Regularização / barreiras administrativas	Documentação como principal entrave à formação e emprego	Queixas de morosidade no SEF/AIMA	Legalização afeta encaminhamentos; muitos utentes "invisíveis"	Teve apoio na regularização; referiu dificuldade inicial	Ainda em processo; manifestou frustração com espera	Demora no reconhecimento de diplomas	Regularização recente; não protege de precariedade	Regularizada ; referiu burocracia inicial
3. Barreiras linguísticas	Comunicação / exclusão social e laboral	Destacada como obstáculo central	Falta de domínio trava inserção	Técnicos adaptam linguagem; pedem formação específica	Dificuldade persistente, causa nervosismo	Exclusão no trabalho; linguagem como filtro	Principal bloqueio profissional	Impede acesso a serviços e laços sociais	Superada com tempo; reconhece esforço pessoal
4. Integração no mercado de trabalho	Tipo de inserção / segmentação / precariedade	Desemprego, rotatividade e informalidade são padrões	Reconhecimento de diplomas inexistente	Formação ajuda, mas acesso é condicionado	Trabalhos instáveis; não mantém empregos	Trabalha informalmente como estafeta; precariedade severa	Sem oportunidade na sua área; trabalha abaixo das qualificações	Experiência como estafeta; exploração laboral	Envia currículos sem resposta; redes de contacto são determinantes

5. Relação com o GIP	Acesso / funções / percepção da eficácia	Apoio técnico e burocrático; falta seguimento	Técnicos sem meios para acompanhar casos	Envolviment o ativo com formações e utentes	Descobriu via rede social; valorizou a empatia	Surpreendid o pela qualidade do atendimento	Encaminhad a por ONG; considera apoio útil mas limitado	Recebeu apoio administrativo; desejava suporte mais humano	Descobriu via IEFPP e amiga; experiência positiva
6. Acompanha mento e continuidade	Seguimento pós-atendimento	GIP atua pontualment e, sem sistema estruturado	Falta de articulação entre serviços é entrave	Proposta de sistema integrado de seguimento	“Se eu quiser, tenho de voltar lá”; sem seguimento ativo	GIP ajuda pontualment e, mas continuidade é por conta própria	Apoio parado até "estar preparada"; ausência de plano de seguimento	Mesma crítica: “legalizei mas o resto não mudou”	Pede mais sessões regulares e apoio prolongado
7. Discriminaç ão e exclusão	Racismo / xenofobia / autoimagem	Imigrantes enfrentam discriminaç ão laboral e institucional	Técnicos relatam experiências diretas de utentes com racismo	Racismo estrutural é denunciado; técnicos pedem formação intercultural	Evita falar por medo de errar; sente olhares e julgamento	Já sofreu insultos; sente-se discriminado pelo tom de pele	Rebaixament o profissional; percepção de inferiorizaç ão	Observa discriminaç ão no metro e no trabalho	Refere microagressõ es subtis, sem confronto direto
8. Saúde emocional e solidão	Bem-estar / impacto psicológico	Técnicos relatam sobrecarga emocional dos utentes	Sentem impotência perante sofrimento emocional dos utentes	Relatam empatia como ferramenta essencial, mas desgaste é real	Tem medo de se expressar; isola-se por vergonha	Vive sozinho, sente ansiedade constante	Sintomas pós-traumáticos, sem apoio psicológico	Solidão profunda; propõe apoio psicológico	Não manifesta sofrimento direto, mas aponta para cansaço invisível

9. Integração social e comunitária	Relação com portugueses / apoio entre pares	Falta de articulação comunitária	Integração cultural pouco considerada nas políticas	Integração não é só emprego — defendem acompanhamento social	Vínculo com comunidade cabo-verdiana é limitado	Não tem tempo para conviver; sente-se “fora do mundo”	Vive com outras ucranianas; partilha ajuda	Isolado; refere que os portugueses se afastam	Participou em eventos e grupos; comunidade como facilitadora
10. Propostas e sugestões	Melhoria dos serviços / necessidades urgentes	Mais meios humanos, formação específica, articulação interinstitucional	Supervisão, apoio à saúde mental, melhoria dos fluxos administrativos	Sistema de acompanhamento, reforço de equipas, simplificação	Sessões de prática de português, encontros periódicos	Ligação direta com empresas, apoio psicológico, mediação linguística	Validação de diplomas, cursos de português práticos	Apoio psicológico e cultural, reconhecimento simbólico	Mais sessões com o GIP, oportunidades de partilha, apoio intercultural

Apêndice 15 – Termo de Consentimento Informado Entrevistas

"As experiências de integração socioprofissional de imigrantes em Portugal e o papel dos Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante"

Investigador/a:

Contactos:

Descrição do Estudo:

Foi convidado(a) a participar numa entrevista que faz parte de um estudo no âmbito da minha dissertação de mestrado em Política Social. O objetivo da pesquisa é compreender as experiências de integração socioprofissional dos imigrantes em Portugal e o papel desempenhado pelos Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante (GIPs) nesse processo.

Confidencialidade:

Caso autorize, a entrevista será gravada para facilitar o tratamento e a análise dos dados. As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas exclusivamente para fins académicos. O seu nome e qualquer informação que possa identificá-lo(a) não serão divulgados. Todas as gravações e anotações serão armazenadas de forma segura e destruídas após a conclusão do estudo.

Consentimento:

Ao assinar este termo, declaro que:

- Recebi as informações necessárias sobre o estudo e concordo em participar;
- Entendo que posso desistir livremente da entrevista a qualquer momento.

Concordo () / Não concordo () com a gravação da entrevista.

Nome

Completo:

Assinatura:

Data: ___ / ___ / _____

Assinatura do/a Investigador/a

Assinatura: _____

Data: ___ / ___ / _____